



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE

**Imersão na Educação de Jovens e Adultos (EJA): identificação com a
construção coletiva em experiências e visões diversas**

LUÍS FERNANDO CELESTINO DA COSTA

Brasília – DF
Fevereiro de 2011

LUÍS FERNANDO CELESTINO DA COSTA

Imersão na Educação de Jovens e Adultos: a identificação com a construção coletiva através de experiências e visões diversas

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia apresentado à comissão examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de graduação

Orientador(a): Maria Luiza Pereira Angelim

Brasília – DF
Fevereiro de 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

LUÍS FERNANDO CELESTINO DA COSTA

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia, Universidade de Brasília – UnB, pela seguinte banca examinadora.

Imersão na Educação de Jovens e Adultos: a identificação com a construção coletiva através de experiências e visões diversas

Profª. Mª. Maria Luiza Pereira Angelim (orientadora)
Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof. Dr. Lúcio França Teles
Faculdade de Educação – FE/UnB

Profª. Dra. Sônia Marise Salles Carvalho
Faculdade de Educação – FE/UnB

Brasília-DF, Fevereiro de 2011

Dedicatória

Dedico este trabalho, primeiramente, aos meus pais, Luiz Carlos e Marinês, por serem indiscutivelmente a base do que sou hoje. Sempre sábios e pacientes souberam educar seus filhos dando o máximo de carinho e amor.

Aos meus irmãos, Paulo e Manuela, companheiros dessa jornada chamada vida.

À minha querida companheira Juliana, sempre apoiando, dando forças e amor para eu seguir adiante e alcançar meus objetivos nessa caminhada de minha vida.

Também dedico este trabalho a todas as pessoas que participaram e contribuíram em minha formação, e que também somaram para o meu crescimento e desenvolvimento como educador e como ser humano.

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, a Deus, por ter me permitido chegar até aqui para usufruir mais uma conquista em minha vida, sempre protegendo e iluminando meu caminho.

À minha orientadora Maria Luiza, companheira e conselheira em minha caminhada acadêmica, sempre paciente e iluminando nossas mentes com sua grande sabedoria.

Aos companheiros do Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, que me possibilitaram a construção de diversos conhecimentos.

À professora Márcia Romana que, com toda sua experiência de vida e flexibilidade, permitiu umas de minhas maiores experiências em sala de aula na EJA.

A toda a equipe da Incubadora Social e Solidária, pela brilhante experiência que estou tendo, além do respeito e reconhecimento de meu trabalho.

A todos da equipe de pesquisa do PROEJA Transiarte, onde pude adentrar mais ainda no universo da educação de jovens e adultos.

Aos companheiros do Programa UCA, pela experiência nova e instigante.

Aos meus amigos de longa jornada, que nos denominamos “chamegão”, sempre me apoiando e promovendo momentos de prazer e descontração.

A todos que passaram em minha vida e que deixaram suas marcas.

A todos agradeço de coração o apoio e compreensão. Muito obrigado!

"A sabedoria não nos é dada. É preciso descobri-la por nós mesmos, depois de uma viagem que ninguém nos pode poupar ou fazer por nós" (Marcel Proust)

COSTA, Luís Fernando Celestino. **Imersão na Educação de Jovens e Adultos: a identificação com a construção coletiva através de experiências e visões diversas.** Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação, UnB, Brasília, 2011.

Resumo

Este trabalho foi realizado buscando a obtenção do título de graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Foi desenvolvido na perspectiva da coletividade e com enfoque nos sujeitos de minha formação acadêmica: os jovens e adultos trabalhadores. O desenvolvimento deste foi durante quatro anos e meio que estive em processo de formação acadêmica. Vários foram os espaços de ocupação e que foi possível adquirir experiência na área educacional, que foi desde a educação escolar, em escola que pude lecionar em sala de aula em uma turma de primeiro segmento de Educação de Jovens e Adultos, até grupos de empreendimentos populares de baixa renda do Distrito Federal e Entorno. A experiência em tecnologias também permeou todo meu percurso acadêmico, principalmente através do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, do Portal PROEJA Transartetube e do Programa Um Computador por Aluno - UCA. A vivência em todos esses espaços permitiu a reflexão sobre diversos aspectos da realidade desses sujeitos, que se desdobram para conseguir cuidar da família, trabalhando e procurando retomar os estudos para crescer em vários aspectos visando melhorar a qualidade de vida. Essa força de vontade e riqueza do conhecimento sobre a vida não é possível de medir por dados obtidos por um simples questionário, mas sim pela vivência, troca de experiências, diálogo, reflexões e construção conjunta do conhecimento. A tentativa é, antes de qualquer coisa, dar ênfase a essa grande diversidade que encontramos nos sujeitos da EJA, que buscam na simplicidade de suas falas e de seus olhares, meios para que sejam reconhecidos pelas suas qualidades como sujeitos em constante processo de aprendizado.

***Palavras chaves:** Educação de jovens e adultos, tecnologia da informação e comunicação, economia solidária.*

COSTA, Luís Fernando Celestino. **Imersão na Educação de Jovens e Adultos: a identificação com a construção coletiva através de experiências e visões diversas.** Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação, UnB, Brasília, 2011.

Abstract

This monograph was written with the goal of obtaining a degree in Teaching from the University of Brasília's School of Education. It was developed in view of the social community and had a main focus in the individuals studied throughout my four-and-a-half-years academic formation: the youth and working adults. There were multiple areas, of education, in which I gained experience such as education within schools – in schools which I taught classes of students of the first segment of Educação de Jovens e Adultos (EJA) – and also education for low income communities of the Federal District and its surrounding cities. The experience in technological extents of education also took a great role in my academic journey; mainly over the Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, part of the Portal PROEJA Transartetube and the One Laptop per Child - OLPC. The experience acquired working in those areas allowed me to cogitate about aspects regarding the reality of these individuals' lives, who struggle to take care of their families, work and study, simply to grow in numerous personal aspects and to better their quality of life. The power of will and knowledge of life is measured not through data obtained by an ordinary questionnaire, but through experience of life, joint knowledge construction, sharing, communicating and pondering. Nevertheless, I have attempted to give emphasis to the great diversity that is found in EJA's individuals, who search, in the humbleness of their speeches and faces, means to be recognized for their qualities as individuals in a constant learning cycle.

Key-words: *youth and adult education, information and communication technology, solidarity economy.*

Sumário

Apresentação.....	10
1ª Parte: Memorial	12
A realidade da sala de aula.....	15
Momento de escolha: o que fazer?.....	16
As fronteiras e não-fronteiras acadêmicas.....	18
2ª Parte: Imersão na Educação de Jovens e Adultos e no Movimento Social	21
Estágio curricular - Projeto 4 no CESAS, a prática transcendendo a teoria	51
3ª Parte: Imersão no mundo da Economia Solidária	59
4ª Parte: Imersão nas Tecnologias da Informação e Comunicação	81
O Programa Um Computador por Aluno - UCA.....	89
5ª Parte: Perspectivas Profissionais	94
Referências Bibliográficas	95
Anexos.....	99
Anexo 01.....	100
Anexo 02.....	102
Anexo 03.....	105
Anexo 4.....	106

Apresentação

Inicialmente vale ressaltar meu contentamento por ter sido abençoado ao ingressar na Universidade de Brasília. Todos sabemos da dificuldade de acesso à UnB devido a grande concorrência no vestibular; e o sonho que é estudar em uma universidade tão renomada e credenciada para o ensino superior nos faz pensar grande, almejando sempre em um futuro promissor.

O curso de pedagogia foi para mim “divinamente” escolhido, isso porque não tinha vontade nenhuma em ser professor, muito menos lidar com educação, crianças e todas as dificuldades implícitas e explicitamente colocadas e sempre enfatizadas.

A universidade traz para o estudante uma visão e experiência de vida e de mundo diferente do que foi vivido na etapa anterior da trajetória escolar, em que fomos sujeitos, ousaria dizer vítimas, de um sistema escolar com foco distorcido, que não forma o sujeito para a vida, mas para o sistema em que está inserido, não permitindo assim possibilidades de mudanças reais de pensamento.

Os diversos caminhos que trilhei foram frutos de constantes descobertas do EU, na tentativa de me encontrar nesse mundo tão vasto da educação, porém complexo. Todas essas tentativas, frustradas ou não, foram experiências que me preencheram como ser, tentando sempre me incluir nos processos que mais me instigaram pedagogicamente e humanamente falando. Paulo Freire dizia que somos seres incompletos, em constante aprendizado. Levo isso sempre em mente, e como professor pretendo manter a humildade que me foi passada através de minha família e da universidade, e também a tentativa da constante visão do todo, o que considero o maior desafio, visto que a educação é muito dinâmica, muitas mudanças ocorrem constantemente, é preciso estar alerta para acompanhar essas mudanças e não ficar arrependido de ter ousado no momento que achava certo.

Pretendo através deste ensaio descrever, buscando detalhar o máximo possível os acontecimentos, construindo e desconstruindo, minha trajetória dentro do curso de pedagogia. O processo de imersão em meus pensamentos e experiências vividas na educação é um desafio e tanto, pois nessa trajetória a maioria das atividades que desenvolvi partiu de decisões coletivas, que perpassavam diversas experiências dos sujeitos envolvidos. No momento em que preciso escrever algo individual há certa resistência, pois muitos outros companheiros dessa trajetória de vida acadêmica

estiveram discutindo e somando conhecimento conjuntamente. Nesse sentido tentarei, sempre que possível, relatar tais acontecimentos, buscando os processos de construção coletiva e de decisões mediadas pela consciência coletiva.

Esse trabalho de conclusão de curso é apenas o fim do começo, ou seja, como ser incompleto encontro-me em busca constante do conhecimento. Nesse sentido o fim da graduação é uma etapa de minha vida que abriu novos horizontes e possibilidades de escolhas, estas por muitas vezes impostas inicialmente, mas que com o tempo terei total condição de escolher o que quero e como quero fazer, me colocando de maneira sempre consciente nos momentos certos.

1ª Parte: Memorial

Minha vida sempre foi boa e agradeço todos os dias a Deus por ter me permitido integrar uma família tão lutadora, paciente e amável. Busquei na sabedoria de meus pais condições para que pudesse não só me inserir na realidade em que vivíamos, mas também questioná-la. Nesses meus 25 anos de existência posso dizer com toda tranquilidade que já me sinto realizado em vários aspectos da vida, todas minhas conquistas foram fruto de trabalho duro e busca constante de novos desafios e experiências, que me permitiram ser respeitado e valorizado como ser humano.

Filho de pais cariocas, minha mãe veio de família pobre, de vida difícil, que teve que trabalhar desde cedo para ter algum sustento e independência, sem contar a família numerosa que fez aumentar ainda mais as dificuldades. Ela é um exemplo vivo de uma jovem adulta que parou de estudar para cuidar dos filhos após casar-se, em decorrência de que meu pai tinha condições, na época, de sustentar toda a família sem ela precisar trabalhar. Já meu pai veio de família de classe média, filho de militar, que teve até certo ponto uma educação rígida, porém condizente com o tipo de relacionamento que o pai tinha no trabalho militar. Meu avô, por parte de pai, veio então para Brasília na década de 60, quando surgiu a “nova capital”. Ele foi convidado a se transferir para a cidade com a família, surgindo daí o esboço de meu surgimento e meu futuro nascimento em Brasília, no ano de 1985.

A origem

Ao nascer meus pais estavam assumindo a responsabilidade com o segundo filho, dois anos depois do primeiro. O processo educativo iniciou-se então a partir da relação com os pais e irmãos. Com o passar dos anos tive condições de ampliar esse leque educativo ao brincar com outras crianças que não eram meus irmãos, foi um processo novo, que já envolveu mais ainda o descobrimento do EU.

Em 1988 meus pais tentaram me colocar em uma escola pública próximo de onde morávamos, foi uma experiência marcante porque nunca concebi bem o que era a escola e por que eu precisava ir estudar. Lembro-me de ter relutado e evitado entrar na escola, sentindo-me totalmente fora da zona de conforto da família. Estava em um

ambiente estranho: pessoas desconhecidas falavam comigo, não gostava de maneira alguma o que estava vivenciando.

Nessa mesma época meus pais queriam sair de Brasília, devido ao alto custo de vida, acreditavam também que um ambiente litorâneo seria bom para nossa saúde física e mental. Nos mudamos, então no ano de 1989, para Natal – RN. Fiquei contente com essa mudança porque não precisei continuar indo para escola. A alegria não durou muito, pois ao chegar à nova cidade a primeira coisa que fizeram foi me matricular em um jardim de infância.

Após todas as idas e vindas dessa mudança de cidade, o processo de adaptação foi bem rápido, pois eu e meus irmãos nos enturmamos com facilidade com as outras crianças da rua, permitindo assim criar vínculos de amizade com várias pessoas.

Na rua, ao brincar com os amigos pude compreender que existia uma disputa de poder entre nós, a diversidade de idades, de tamanhos e de maturidade influenciou nessa disputa. Como eu e meus irmãos vivíamos juntos, todos nos respeitavam pois ninguém daria conta de “encarar” os três ao mesmo tempo. Porém, sempre buscamos semear laços fortes de amizade e paz com todos, pois buscávamos agir da maneira como nossos pais nos ensinavam.

A observação foi, sem dúvida, prática que utilizei com constância nos ambientes externos à minha família, meus pais eram tudo para mim, nesse sentido agia com os outros como meus pais agiam comigo, eu achava que agindo assim conseguiria respeito e atenção de todos ao meu redor.

Ainda no jardim de infância tive dificuldade de adaptação, pois era uma realidade que não queria, em um ambiente estranho, com gente estranha, com regras até certo ponto rígidas. Sentia-me totalmente controlado, o que me fez dar muito trabalho para conseguirem me levar à escola. Meus pais com o tempo conseguiram me alertar da importância de estudar, pois para ter um futuro, constituir uma família e fazer o bem ao próximo, eu precisaria da educação.

No ano seguinte começava uma etapa mais formal de minha vida escolar: o ingresso na pré-escola, e por consequência o início de minha alfabetização escolar. A escola era o Colégio Marista, de cunho católico, que pregava a religiosidade acima de tudo. Porém, meus pais não focavam só nisso, mas também nas potencialidades que poderiam surgir através de diversas atividades que ofereciam. Fiz modalidades esportivas como o judô, natação, futebol de campo e futsal. Segundo meus pais, o esporte educa porque trata de pessoas, principalmente os esportes coletivos, que

dependiam de uma colaboração entre todos, nesse sentido minha formação foi complementada pelo esporte.

Retornando à sala de aula completei o processo de alfabetização de forma rápida. Costumava ser o aluno exemplar, que toda professora gostava de ver, fazia tudo em dia, não deixava atrasar nada e sempre tinha apoio dos meus pais ao realizar as atividades de casa.

No ano subsequente comecei a primeira série. Esse foi meu primeiro “choque” escolar porque eram assuntos novos, disciplinas novas e turma nova. Por mais que fosse a mesma professora, a diversidade de conteúdos me assustou e tive receio de não dar conta, fato que meus pais me orientaram e ajudaram muito para que isso não criasse maiores problemas. Em poucas semanas me acostumei e mantive a tradição de ser bom aluno, com boas notas, estudioso e querido pelas professoras.

Ainda na primeira série tive a oportunidade, através do esporte, de participar da olimpíada da escola, na qual diversas turmas competiam entre si em várias modalidades esportivas. Nunca estive tão eufórico para mostrar o que eu sabia no esporte. Marcou-me muito o fato de minha turma ter sido vencedora daquele ano, senti orgulho de meu feito, pareceu que foi a primeira “grande obra” de minha autoria. Os frutos de minha dedicação na escola e no esporte me renderam bons olhares de meus pais e professores, o que me deu motivação para querer fazer cada vez mais e melhor.

Retornando à vida fora da escola, devido a problemas de segurança, decidimos sair de Natal e retornar para Brasília após quatro anos de muitas experiências e vivências. O retorno para Brasília foi tumultuado, pois não consegui compreender o motivo de voltar (fui descobrir anos depois o motivo). Fiquei confuso, pois já tinha me adaptado à nova cidade e também feito novos amigos, já existia um vínculo entre todos. Retornamos então para Brasília – DF no ano de 1993, e sem condições de comprar uma casa ou apartamento de imediato, moramos alguns meses com meu tio.

Após nos recompormos do tumulto do retorno, meus pais conseguiram comprar uma nova residência. Mais uma vez eu e meus irmãos tivemos que nos adaptar à nova realidade. Conseguimos, sem dificuldade, fazer amizades com os outros colegas do prédio e não demorou muito para já brincarmos e criar novos vínculos no novo local de moradia.

O retorno à vida escolar foi dificultado devido à falta de vagas para minha série na mesma escola que meus irmãos conseguiram matrícula. O colégio era o mesmo que estudamos em Natal, o Marista, na filial de Brasília. Tive então, que estudar um ano em

outra escola que ficava do lado, e eu não gostava devido ao ambiente físico pequeno e também devido a algumas antipatias criadas por achar que os colegas de turma eram iguais aos colegas que havia feito em Natal.

A realidade da sala de aula

A educação básica teve influencia significativa por ter sido a referência para minha formação futura. Foi através dessa formação que criei todas as bases para meu desenvolvimento integral como ser humano. A transição da quarta série para a quinta foi o segundo “choque” escolar, pois senti dificuldades com a nova estrutura de disciplinas, em que não havia mais Ciências ou Estudos Sociais, mas sim Biologia, Física, entre outras disciplinas. Essa transição foi difícil porque estava acostumado com apenas um professor o tempo inteiro, e ao me deparar com professores de diversas áreas me preocupei ao achar que não daria conta.

Os vários professores não se importavam muito com os alunos, no sentido de criar vínculos e se preocupar com cada um de maneira mais íntima. Muito pelo contrário, estavam preocupados com o conteúdo e em seguir o roteiro que tinham estipulado.

Esse roteiro, quando não era seguido, os professores culpavam a bagunça que a turma fazia como justificativa à não realização das atividades. Agora percebo de forma bem clara o quanto a escola exerce um papel dominante perante o professor, que acaba acatando as decisões que partem “de cima”, por receio de perder o emprego na escola. Nas escolas públicas percebe-se um processo inverso, no qual os professores possuem maior autonomia para realização de suas atividades, bem como maiores condições de possibilitar uma formação heterogênea, contribuindo assim para a diversidade de saberes em sala de aula.

Ainda nesse percurso da quinta à oitava série, muitos fatores ligados à educação me chamavam a atenção, como os frequentes “alunos problema”. Toda escola possui profissionais de áreas da orientação educacional e psicologia, acontece que por desconhecerem a realidade que adentra a sala de aula esses profissionais acabam focando o problema no sujeito, sem ao menos compreender o contexto que o envolve. Ousaria dizer que falta a compreensão do SER, levando em consideração as particularidades de cada indivíduo. Houve momentos em que a orientadora, que nunca

sequer havia visto o aluno, criou estereótipo do mesmo, como se existisse receita pronta para esse tipo de aluno.

A diversidade entre os estudantes era bem visível, ao mesmo tempo que haviam estudantes cujos pais conseguiam pagar a mensalidade com dificuldade, haviam os alunos em que os pais era ricos e podiam dar de tudo para os filhos. Inserido nesse meio, de realidades distintas, pude compreender e valorizar o trabalho de meus pais. A dificuldade que tinham em manter os três filhos em escola particular era superada por acreditarem que estes teriam uma educação de qualidade, um excelente futuro profissional.

Momento de escolha: o que fazer?

O ingresso no ensino médio, no ano de 2001, foi outro importante momento em minha trajetória escolar. Ainda “verde” no que dizia respeito ao meu futuro profissional, não pensava muito na universidade; estava em um momento de deslumbramento de uma nova realidade que era essa nova etapa escolar.

Os conteúdos abordados eram totalmente voltados para o ingresso na Universidade de Brasília e poucos eram os momentos em que tínhamos um espaço de reflexão sobre nós mesmos. As disciplinas que permitiam essa reflexão, como religião, sociologia e desenvolvimento pessoal e social, eram vistas como aulas “recreação” em que não tínhamos muito a fazer, a não ser ouvir o professor falar e uns poucos alunos que se interessavam em contribuir.

Durante todo o Ensino Médio, o foco era o Programa de Avaliação Seriada (PAS) e o vestibular da UnB. O esporte, mais uma vez, contribuiu para sair daquela rotina de estudos e cobranças; a equipe de basquete permitia que os assuntos não tratados em sala de aula viessem à tona. Muitas foram as discussões e contribuições de assuntos relacionados à política, sociedade e educação. Lembro do técnico de basquete sempre dizer que o esporte educa, e de fato, educa mesmo.

No segundo ano, em 2002, tive a oportunidade de conhecer mais um campo formativo que era a Política. Na perspectiva de termos um presidente de esquerda, ex-metalúrgico, com propostas para o social, decidi contribuir na campanha do Partido dos Trabalhadores (PT) para divulgação das propostas e distribuição de adesivos, panfletos, bandeiras e tudo mais que havia na época. Fiz questão de adquirir meu título de eleitor

para que pudesse exercer, pela primeira vez, o direito de votar. Na escola muitos amigos e professores apoiaram a iniciativa; outros, de cara amarrada, achavam perda de tempo, enquanto os menos interessados achavam que estava “tirando onda”, como se entendesse de política para contribuir naquelas ações.

A última etapa de minha educação, o terceiro ano, foi o momento crucial e que mais me angustiou nessa trajetória escolar. Não tinha noção alguma do que queria fazer, os testes vocacionais eram um tanto quanto inúteis. A meu ver, nunca foram determinantes para minha escolha profissional. Muito pelo contrário, passei a desacreditar nesses testes quando vi que o resultado tinha nada a ver com meus ideais.

Resolvi, por influência de terceiros, tentar o PAS e vestibular para Agronomia, curso que tinha concorrência razoável no vestibular e que era uma área promissora, visto a grandiosidade territorial que nosso país possui, bem como a possibilidade de desenvolver novas tecnologias para a agricultura.

Após o resultado negativo tanto no PAS como no vestibular, decidi fazer curso pré-vestibular. Percebo hoje a loucura que foi realizar esse curso, pois só nos ensina (ou tentam) como fazer a prova do vestibular e nada mais. Fiquei um semestre estudando e não passei no vestibular.

Já estava em descrença comigo mesmo quando preferi rumar para o concurso público, resolvi estudar para alguns concursos. Devido à falta de maturidade e de compreensão de diversos assuntos, não consegui estudar e muito menos realizar as provas dos concursos, o que me custou tempo em vão. Achei melhor retomar os estudos para o vestibular, pois era mais jogo, já conhecia os conteúdos e conhecia as provas aplicadas pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE), era esse centro que realizava e aplicava a prova. Fiz mais uma vez curso pré-vestibular e prestei a prova para Contabilidade, mais uma vez não obtive êxito.

Preferi parar tudo que estava fazendo para colocar minha cabeça no lugar; resolvi ficar em casa, estudando por conta própria, no meu ritmo e sem pressão. Minha família me apoiou o tempo inteiro, em momento algum tomaram decisões por mim, davam apenas conselhos. O apoio foi tanto que meu pai disse para eu buscar uma faculdade particular para fazer o curso de contabilidade que tanto queria; fiz então inscrição para o vestibular de uma das várias faculdades existentes e fiz o vestibular. A prova era incomparável com a do vestibular da UnB, subestimando a capacidade dos interessados em ingressar na faculdade. Esperei então o início das aulas, acontece que ao mesmo tempo realizei o vestibular da UnB, para Pedagogia. A escolha acabou tendo

como base meu interesse em ajudar alguém, ou poder através de minha formação formar pessoas, para isso achei que o curso de Pedagogia permitiria alcançar tal objetivo com mais facilidade.

Era o primeiro dia de aula na faculdade particular quando, no mesmo dia, saiu o resultado do vestibular da UnB. Por coincidência resolvi não comparecer à aula pois a primeira semana era sempre de conversas e acertos, foi quando acessei o site e vi meu nome como aprovado para o curso de Pedagogia. Não sabia o que pensar ou dizer, achava aquilo inesperado e ao mesmo tempo fabuloso, não imaginava que tinha condições de entrar na UnB, universidade que acolheu meu pai e meu irmão em suas graduações. Senti um peso saindo de minhas costas, não gostava da idéia de meu pai pagar a faculdade, já bastou os gastos com a escola que pagou anteriormente minha vida inteira.

Após toda a euforia, abandonei a faculdade que nem havia iniciado e resolvi enfrentar esse desafio de cursar Pedagogia na UnB. Após a divulgação das notas individuais do vestibular e das notas de corte de cada curso tive uma grande surpresa. Minha nota era suficiente para passar para Contabilidade. Fiquei nervoso, frustrado e com vontade de fazer algo em relação a isso, havia a possibilidade de mudar para contabilidade sem precisar realizar outro vestibular. Porém parei para pensar no porque disso tudo ter acontecido. Nada acontece por acaso, há algo maior e superior que preferiu assim; decidi então, continuar na Pedagogia e me descobrir na educação.

As fronteiras e não-fronteiras acadêmicas

Minha vida acadêmica inicia com o ingresso da Universidade de Brasília, em 2006, mais especificamente, no segundo semestre do mesmo ano. Devo admitir que a curiosidade e a ansiedade para o início das aulas me dominaram, pensava o tempo todo em como seriam as aulas, os professores, os companheiros de curso, tudo foi extremamente criado no meu imaginário inocente e ingênuo de quem, poucas vezes, havia visitado a UnB.

No primeiro dia de aula como aluno de uma das mais renomadas universidades do país, o sorriso de contentamento tanto no meu rosto como no dos demais colegas não escondia tamanha alegria que sentiam todos ingressantes pelo mesmo vestibular. Nos corredores conseguia sentir o ar de conhecimento e compreender o porquê de

enfatarem tanto a diversidade cultural dentro de uma mesma universidade. As diversas “tribos” existentes me fizeram iniciar um processo de autoconhecimento, no sentido de me achar, de me encontrar nesse aglomerado de pessoas.

Dentro do próprio curso de pedagogia, a diversidade já ficava evidenciada não só pela diferença socioeconômica dos estudantes, mas principalmente pela diversidade dos saberes, tanto de vida como de conteúdo propriamente dito.

Os dois primeiros semestres foram momentos de conhecimento da universidade, do curso e da cultura universitária. Os espaços de aprendizagem e troca de experiências de vida ocorriam não só dentro de sala de aula, mas também outros espaços dentro da universidade.

Tratando-se da Faculdade de Educação – FE, os estudantes de pedagogia acabariam ficando “ilhados” em um mesmo espaço, eram poucos os momentos em que tínhamos aula fora da FE. Esse isolamento comprometia um processo que deveria ocorrer naturalmente no dia-a-dia, pois para muitos alunos era mais prático ficar pela FE do que descer para o ICC ou outra faculdade. Os outros cursos possuem essa facilidade pelo fato de ocorrerem em locais próximos, os estudantes de cursos diferentes possuem mais contato com os outros estudantes, permitindo assim maior troca de saberes e experiências.

Nunca fui de muita diversão, ou de fazer muitas brincadeiras e interagir muito; procurei dosar em quais espaços e com quais pessoas interagir. Descobri muitos perfis durante esse período acadêmico, e com certeza sei distinguir alguns tipos de alunos. Não era bem visto na pedagogia como um ser socializável, não participava das festas, eventos e outras atividades realizadas pelos estudantes.

Nada disso foi ao acaso, foi tudo proposital e pensado anteriormente. Entrei na pedagogia com o intuito de me formar, tinha 21 anos de idade, a maioria dos companheiros de curso tinha de 16 a 18 anos, o que me fez interagir ainda menos. Muitos estavam em descobertas que eu já havia passado há alguns anos quando tinha a mesma idade, e devido a isso sabia que não iria render muito do ponto de vista de desempenho caso fosse “curtir” a universidade como muitos pretendiam.

No terceiro semestre, busquei a prática por conta própria, já que o curso não a oferecia. Procurei, então, estágio em escolas de educação infantil – foco da formação do curso de pedagogia da UnB -, e muitos foram os contatos e entrevistas para estágio. Ao todo realizei entrevistas em 6 escolas, e em todas fui muito bem recebido, ainda mais

sendo estudante da UnB. Não era a toa que todos os estagiários dessas escolas que procurei eram da UnB.

Em quatro escolas não fui selecionado alegando que não estava no perfil, e nas duas outras me informaram que não contratavam professores homens. A partir dessa informação pude compreender que em todos os outros casos anteriores não fui selecionado devido ao gênero, principalmente porque nessas entrevistas a maioria era calouro, e raros eram alunos da UnB como eu, os selecionados eram sempre mulheres, por mais inexperientes que eram ou pelo fato de serem calouros não impediu de serem contratados por serem do gênero feminino.

O desapontamento com esse tamanho preconceito me desestimulou de tal maneira que queria desistir do curso, pois não fazia sentido me formar em algo que não tinha possibilidade alguma de adquirir experiência, a não ser passando em um concurso assim que me formar. Muitos colegas me indicaram escolas que aceitavam homens, mas já era tarde, estava quase decidido a abandonar a pedagogia e tentar outro curso.

Reflico sobre essa questão de maneira mais crítica que outrora. O preconceito, de fato existe, mas pensando bem é um fenômeno que possui motivos. Historicamente falando, sabemos que os responsáveis pela educação inicial desde as últimas décadas eram mulheres, devido ao cuidado que tinham e o reflexo do espírito materno que possuíam.

O papel do homem e da mulher é complementar. Há poucos anos o homem era visto como o provedor da família, o que a sustentava, e a mulher a que cuidava da família, dos filhos, da educação dentro de casa. O papel de ambos vem sofrendo mudanças no decorrer dos últimos anos e a mulher tem conquistado mais espaço e respeito no mundo do trabalho. Entretanto, acredito que no estágio de desenvolvimento que estamos como sociedade é preciso transcender alguns conceitos enraizados na nossa cultura. Outras mudanças são possíveis, mas para isso é preciso informação, orientação, capacitação, ou seja, educação.

2ª Parte: Imersão na Educação de Jovens e Adultos e no Movimento Social

Meu percurso acadêmico, conforme disse anteriormente, iniciou no segundo semestre do ano de 2006. Porém, começou de verdade e de maneira *orgânica*, a partir do terceiro semestre. Isso se deve ao fato de ter vivido uma inércia no início do curso, em que estava conhecendo o curso, imerso em um mundo de novidades que era a Universidade de Brasília.

Meu terceiro semestre foi marcado com a entrada, por indicação de um colega de curso, em um projeto ofertado pela professora Maria Luiza Pereira Angelim, que tinha como foco o estudo da Educação de Jovens e Adultos, Movimentos Sociais e Tecnologias da Informação e Comunicação.

A partir desse momento, me senti acolhido nesse projeto devido à mudança, de forma drástica, em minha realidade acadêmica: foi o despertar para uma nova possibilidade de percepção da pedagogia. Pude então retomar minha crença para algo que começava a fazer sentido para minha vida, até porque foi onde consegui abrir diversas portas visando a consolidação de experiências para o meu futuro profissional. A EJA se tornou minha referência para continuidade no curso de Pedagogia, bem como o estopim de uma série de questionamentos e inquietações dentro da educação.

O pouco que conhecia da EJA me despertou a curiosidade para o que Paulo Freire chamava de “o saber de experiência feito”, que é a base da Educação de Jovens e Adultos, e se refere a educar valorizando o que o adulto tem de melhor: experiência de vida. Esta que não se percebe em uma simples entrevista de trabalho ou um simples questionário, mas sim com o convívio, com a participação conjunta a esses sujeitos. Nada melhor do que se inserir na realidade desses jovens e adultos para compreender como pensam. Essa inserção não compreende apenas acompanhar e conviver, mas criar vínculos, estabelecer laços de amizade, de companheirismo, procurando assim a essência de quem são esses sujeitos.

A educação é um direito de todos os cidadãos previsto na Constituição Federal de 1988, e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96. Quando tratamos da Educação de Jovens e Adultos devemos levar em consideração os diversos espaços que são educativos, como consta no Art.1º da LDB:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

“§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.”

“§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”

Ou seja, a realidade de EJA está diretamente ligada ao mundo do trabalho, pois os jovens e adultos buscam retomar os estudos, em sua maioria, para ascender profissionalmente, melhorando assim a qualidade de vida, principalmente, através de melhores remunerações. O gráfico abaixo ilustra a relação entre rendimentos provenientes do trabalho e dos anos de estudo:

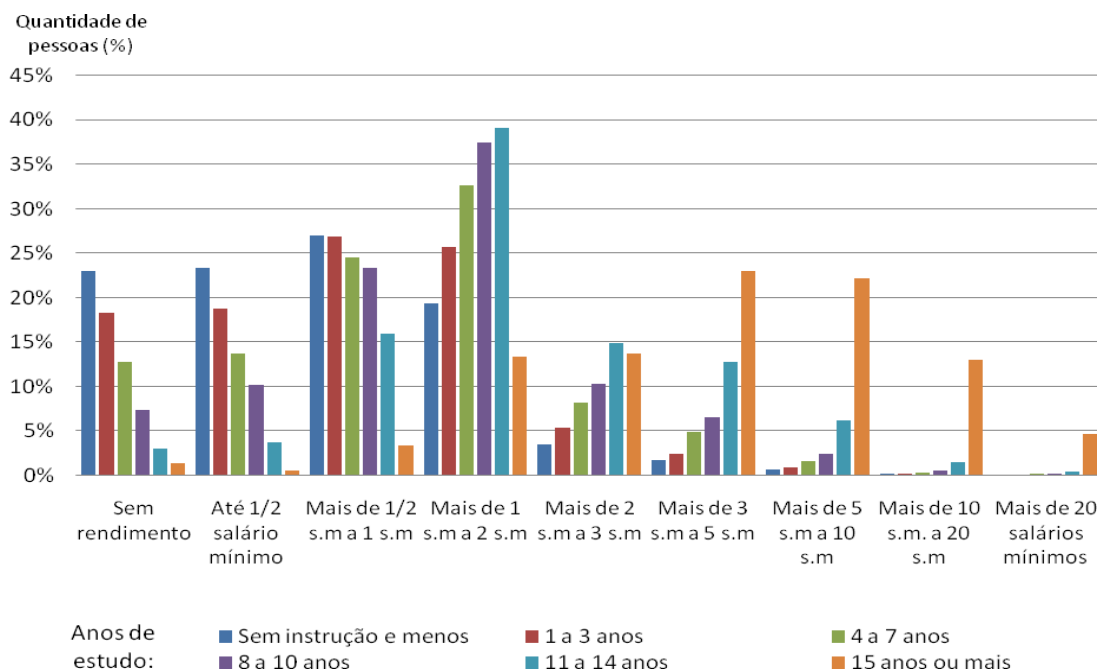


Gráfico 01: Rendimentos de todos os trabalhos por anos de estudo. Fonte: IBGE/PNAD 2009.

Observa-se pelo Gráfico 01 que quanto maior o tempo de estudo, maior é o rendimento dos trabalhos realizados. Poucas pessoas com 15 anos ou mais de estudo

estão sem rendimento, o que reforça a idéia de que quanto maior a escolaridade maior a garantia de empregabilidade e, neste caso, obtendo maior remuneração.

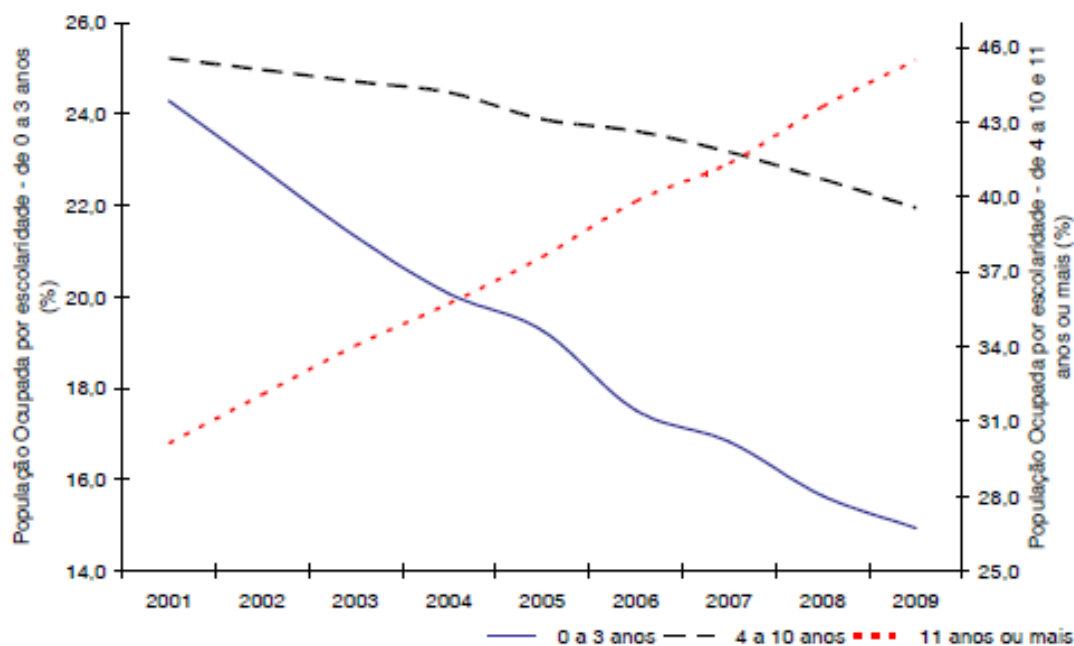
Eis a análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA¹ utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD² 2009 sobre o mercado de trabalho brasileiro:

“Quanto à composição da força de trabalho por escolaridade, observa-se que no período entre 2001 e 2009 houve um aumento da ordem de 15 p.p. da participação de trabalhadores com 11 anos de estudo ou mais. Já para as demais faixas de escolaridade, registrou-se diminuição de aproximadamente 9 p.p. para aqueles com até 3 anos de escolaridade e de 6 p.p. para a faixa de 4 a 10 anos de estudo. Isso pode ser explicado por uma combinação de maior escolaridade dos novos entrantes no mercado de trabalho com maior procura das empresas por trabalhadores mais qualificados.” (IBGE/PNAD, 2009).

A partir do gráfico 02 é possível compreender melhor essa dinâmica da relação entre ocupação e escolaridade, ou seja, de como o tempo de estudo influencia na taxa de ocupação:

¹ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. (Fonte: Site do IPEA - <http://www.ipea.gov.br> – acessado em janeiro de 2011).

² A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2009. A pesquisa é realizada no Brasil desde 1967 pelo instituto e foi ampliando seus dados progressivamente. O objetivo da PNAD formar um banco de dados com informações básicas para um estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Os investigadores apuram dados gerais da população em todos os Estados do Brasil sobre educação, trabalho, rendimento das famílias, habitação, migração, fecundidade, casamentos, saúde e segurança alimentar. (Fonte: Site do IBGE - <http://www.ibge.gov.br> – acessado em janeiro de 2011).



Fonte: PNAD/IBGE

Gráfico 02: Participação da população ocupada por anos de estudos (em %), PNAD 2009.

Como demonstrado nos gráficos 01 e 02 quanto maior o tempo de escolaridade maior é a remuneração e maiores são as oportunidades de ocupação.

Acontece que nem sempre funciona assim pois muita gente qualificada não está empregada. Segundo Márcio Pochmann, “Além do número bastante expressivo de pessoas desempregadas, média de 6,3% em 2010 segundo dados do IBGE, nós temos uma mudança na composição do desemprego. Hoje, quem está desempregado não é mais necessariamente a pessoa com baixa escolaridade, e, com isso não há mais segmento social imune ao desemprego”. Nesse sentido, esses jovens e adultos têm a possibilidade de, através da organização de pessoas, buscarem meios de não ficarem à mercê do mercado.

O Art. 2º da LDB assegura também a importância da qualificação para o trabalho:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Dentre as várias inquietações deixadas a partir dessa formação com a Educação de Jovens e Adultos, o maior desencadeador foi a imersão na realidade dos movimentos sociais, mais especificamente do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito

Federal. GTPA/Fórum EJA-DF³. A participação efetiva nesse movimento abriu novas possibilidades de linhas de pensamento, de pesquisa e de ideal de vida, que confrontava com o que eu vinha pensando e praticando como sujeito. Essa participação me tornou capaz de compreender como se dá esse movimento em sua organicidade e complexidade, visto que é o coletivo de pessoas que o torna vivo, através da contribuição de troca de experiências de cada realidade e participação ativa nas discussões que permeiam a realidade desse coletivo. O poder da construção coletiva era desconhecido por mim até então, pois poucas foram as oportunidades em que pude compartilhar e construir conjuntamente até participar desses processos riquíssimos de construção de consciência crítica:

“Na construção coletiva coloca-se a questão da tomada de decisões. A pergunta central não é *quem* decide, mas *como* e *para que* se decide. São essas questões, do *para que* e *como*, que colocam na ordem do dia tanto a construção como o coletivo. Implica, ainda, a necessidade de transparência e circulação das informações para todos os que estão participando da construção.” (Consulta Popular, 1999)

Meu processo formativo até ingressar na universidade foi focado na individualidade, ou seja, para o sistema no qual estamos inseridos. Pude compreender que eu poderia refletir e agir sobre essa individualidade, buscando outras formas de organização que pensam no coletivo e, principalmente, no bem estar de todos. Tive a oportunidade de participar do Segmento dos Estudantes Universitários em prol da Educação de Jovens e Adultos – SEU EJA. É um dos segmentos que compõe o coletivo do GTPA/ Fórum EJA-DF, composto por estudantes universitários que através da construção coletiva por meio de reuniões e articulações buscavam meios de contribuir na luta pela EJA no DF e no Brasil.

³ No ano de 1989, dando continuidade às iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, os movimentos populares, professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e da Fundação Educacional do Governo do Distrito Federal coordenaram a constituição do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno – GTPA/DF, registrada em ata de 20 de outubro, com objetivo de instituir-se como espaço político organizado, em rede, da sociedade civil, de exercício de parcerias com autonomia, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo no Distrito Federal e Entorno. (Fonte: Relatório-síntese do GTPA – Fórum EJA DF ao XI ENEJA – Disponível no endereço: http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJA.pdf – acessado em dezembro de 2010).

O Encontro Distrital preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos da UNESCO⁴, ocorreu em Belém/PA – Brasil, de 01 a 04 de dezembro de 2009. Teve como objetivo a construção do documento do Distrito Federal para ser socializado e somar com os outros documentos construídos nos demais Estados. Este documento Distrital foi aprovado e votado em plenária, tendo como base a construção coletiva.



Figura 01 - Encontro Distrital preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA ocorrido em 29/03/2008.

Antes de todos os encontros realizados pelo país adentro, foi criado um documento norteador para que os estados tivessem algo real como embasamento. A partir desse documento norteador foram realizados os encontros citados. O resultado foi o documento base nacional, que surgiu das diversas discussões a partir das contribuições de todos os Estados mais o Distrito Federal:

“Nesse processo foram realizados 5 Oficinas Regionais de Formação em Organização e Análise de Dados, no mês de fevereiro de 2008, que produziram dados para o diagnóstico estadual da alfabetização e da EJA; 27 encontros estaduais/distrital, nos meses de

⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Fundada em 4 de Novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. (Fonte: <http://www.unesco.org> – acessado em dezembro de 2010).

março e abril, reunindo em cada um entre 80 e 600 participantes de diferentes segmentos interessados pela temática da EJA; 5 encontros regionais com cerca de 10 delegados por estado, realizados no mês de abril de 2008; 1 Encontro Nacional, com 300 participantes, vindos como delegados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal e das representações do GT IntraMEC (que reúne as várias secretarias/órgãos envolvidos na construção da política da EJA), do GT Interministerial, do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, realizado em maio de 2008. A partir de todos estes encontros, o Brasil produziu este Documento, denominado “BRASIL – Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida”, composto de três partes: diagnóstico nacional, desafios e recomendações para a Educação de Jovens e Adultos.” (BRASIL, 2009).

Cada documento discutido nos Estados buscou valorizar a realidade de cada lugar, bem como toda a discussão política que acontecia no momento, além de buscar relatar o andamento da Educação de Jovens e Adultos. Essa construção se deu, no final, através do Encontro Nacional Preparatório à VI CONFINTEA da UNESCO que realizou-se em Brasília, no período de 28 e 30 de Maio/2008, culminando os encontros estaduais, distrital e regionais com a elaboração do Documento Base Nacional, aprovado em plenária sob o princípio da construção coletiva.

Antes da realização da VI CONFINTEA, aconteceu o Fórum Internacional da Sociedade Civil- FISC⁵. É um evento de caráter mundial, que foi realizado em Belém, capital do estado do Pará, no Brasil, no período de 28 e 30 de novembro de 2009, a fim de preparar a participação da sociedade civil na VI CONFINTEA, bem como articular os diferentes movimentos, redes e organizações da sociedade civil que vêm atuando pelo direito à Educação de Pessoas Jovens e Adultas - EPJA.

“O Fórum Internacional da Sociedade Civil surge como espaço aberto de encontro internacional: pretende reunir e articular pessoas, entidades e movimentos da sociedade civil de diversos países

⁵ Informações adicionais sobre o FISC podem ser encontradas no site <http://www.fisc2009.org/> (acessado em janeiro de 2011).

para aprofundar a reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes através da Educação de Pessoas Jovens e Adultas - EPJA.” (Carta de Princípios do FISC⁶, 2009)

A VI CONFINTEA proporcionou uma importante plataforma para o diálogo sobre políticas e promoção da aprendizagem de adultos e educação não formal em âmbito global. A Conferência contou com a participação de um grande número de países-membros da UNESCO (total de 190 atualmente), agências das Nações Unidas, agências de cooperação bi e multilateral, representantes da sociedade civil e estudantes de instituições de pesquisa e do setor privado. A CONFINTEA VI foi realizada em cooperação com o governo brasileiro, em Belém do Pará, entre 1º e 4 de dezembro de 2009.

A VI CONFINTEA teve como objetivos impulsionar o reconhecimento da educação e aprendizagem de adultos como elemento importante e fator que contribui com a aprendizagem ao longo da vida, da qual a alfabetização constitui alicerce; Enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem de adultos para a realização das atuais agendas internacionais de desenvolvimento e de educação, e renovar o compromisso e o momento político e desenvolver os instrumentos para sua implementação visando passar da retórica à ação.

Sobre a construção do Documento Base Nacional, que foi aprovado por processo de votação em plenária no Encontro Nacional Preparatório à VI CONFINTEA, Maria Margarida Machado, professora da Universidade Federal de Goiás e participante do Fórum Goiano de EJA, relata em entrevista gravada pela equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil⁷, logo após o encerramento do encontro, os avanços da construção desse documento no ano de 2008, 12 anos depois do documento de 1996:

⁶ Carta de princípios do Fórum Internacional da Sociedade Civil. (Fonte: Site do FISC - <http://www.fisc2009.org/> – acessado em fevereiro 2011).

⁷ O Portal dos Fóruns de EJA do Brasil pode ser acessado pelo endereço <http://www.forumeja.org.br>, mais adiante, nas próximas páginas, será possível conhecê-lo.



“[...] porque nós estamos aqui no Encontro Nacional Preparatório para a CONFINTEA, e tivemos um Encontro Nacional em 1996. Acho que temos que avaliar o quanto a gente cresceu, porque naquele momento, apesar da gente ter tido algumas convocações, nós nos reunimos em alguns Estados, em outros não. Chegamos a esse mesmo encontro em setembro de 1996, em Natal, com também representantes por segmento. Eu acho que tem uma questão que é fundamental que é a diferença desse acúmulo dos 12 anos para cá. Se nós pegarmos o documento que elaboramos em 1996 e olharmos o documento que nós votamos nessa plenária aqui, a realidade é outra. A gente amadureceu, temos bem mais informações, temos muito mais teoria do que a gente teve naquele outro momento.” (Transcrição VT: *Processo de construção do Documento Base Nacional* – Entrevista Maria Margarida Machado, 31/05/2008).

Em seguida, Jaqueline Ventura, do Fórum do Rio de Janeiro complementa:



“Eu acho que a maior expectativa é ver esse documento seguir, para frente, tomar rumo, ser legitimado, ser encaminhado, para exatamente a gente não repetir a história, e de ter um documento produzido coletivamente que depois não foi o documento apresentado. Então ver o documento seguir seu rumo, ser apresentado, ser legitimado, tendo sido construído coletivamente e não ser substituído por outro documento feito por técnicos e por pessoas a parte do processo, se isso se efetivar a gente vai fortalecer a construção conjunta, nesse processo coletivo. [...] sabemos que essa construção não foi em vão, ninguém estava brincando, as pessoas fizeram seu melhor possível, é muito difícil entrar em consenso. Pode não ser o melhor texto, mas expressa o consenso, que foram difíceis de serem construídos, e por isso merecem respeito. Ainda que apresentem o problema que for, só por ter sido construído por esse consenso já é uma grande vitória, um grande passo.” (Transcrição VT: *Processo de construção do Documento Base Nacional* – Entrevista Jaqueline Ventura, 31/05/2008).

Partindo dessa diversidade que são os Fóruns de EJA de cada Estado, o GTPA/ Fórum EJA-DF é constituído por diversos segmentos da sociedade civil organizada e governo, o que enriquece o diálogo e a construção da consciência coletiva. Como exemplo temos os Movimentos Populares, Estudantes, Professores, Gestores Públicos, Universidade, ONG's, Sistema "S", entre vários outros segmentos que participam desse movimento. Cada olhar desses segmentos despertava a curiosidade e a reflexão dos outros sujeitos; cada realidade distinta comprova que a EJA se constitui na diversidade que compõe nosso país. Esse movimento busca, entre outras coisas, a implementação de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

Maria Margarida Machado, coordenadora do Fórum Goiano de EJA, em entrevista realizada pela Equipe do Portal dos Fóruns de EJA, durante o X ENEJA realizado em Rio das Ostras – Rio de Janeiro, em 28/08/2008, falou sobre o que são os Fóruns de EJA:



“Os Fóruns para mim são um espaço de mobilização, uma instância que congrega os atores da educação de jovens e adultos. E quando eu falo de atores eu estou dizendo dos diversos segmentos que atuam no campo e que participam do campo e as vezes nem se sentem tão atores. Mas eu penso que a aproximação entre quem faz educação de jovens e adultos na sala de aula tanto seja professor ou seja o aluno, quem faz a gestão dessa ação formativa da educação de jovens e adultos, que são os gestores do sistema, seja no ministério da educação, seja no estado, seja no município.” (Transcrição VT: *O que são os Fóruns de EJA* – Maria Margarida Machado, X ENEJA, 28/08/2008).

Porém, Margarida deixa claro que os Fóruns não são apenas um espaço para mobilização, mas também é um espaço para a construção de políticas públicas:

“[...] o espaço do fórum é o lugar onde a gente reúne esses vários atores, esses vários sujeitos, com a perspectiva de construir uma política pública num patamar diferenciado de uma série de outras políticas que vem muito de cima para baixo. O fórum é uma instancia coletiva para a discussão da política e para a construção dos rumos da política. [...] A capacidade de dialogar estado e sociedade civil na

proposição da política pública é o exercício que o fórum faz, um exercício difícil, tenso, um exercício que não está predestinado pra ocorrer da mesma forma em todos os estados, porque os nossos fóruns tem tempos de existência diferenciados e eles tem também naturezas de constituição diferenciados.” (Transcrição VT: *O que são os Fóruns de EJA* – Maria Margarida Machado, X ENEJA, 28/08/2008).

A reunião desses diversos atores dos Fóruns se dá de forma diferente em cada estado, nem todo segmento está presente em todos os lugares, é devido a essa diversidade que Margarida aponta a importância e o diferencial dos Fóruns de EJA, que é a possibilidade de diversos diálogos, como ela coloca a seguir:

“Eu particularmente acho que não dá para existir um fórum só de educadores e educandos, eu acho que não dá para existir um fórum só de gestores de municípios, de estado ou do Ministério da Educação. Então o que nos fez aproximar foi o desejo, de fato, fazer um caminho diferente da construção da política pública para jovens e adultos. Acho que é essa a riqueza que a gente tem que cultivar. Essa riqueza não significa o tempo todo você ter consenso, mas seguramente significa você ter coragem de enfrentar os conflitos que advêm de cada segmento que compõe os Fóruns hoje no Brasil. Acho que é uma instância que a gente não tem como deixar de reconhecer hoje, que tem um papel importante na definição da política da educação de jovens e adultos no Brasil, não só pelo reconhecimento do MEC, mas de estar reunindo com os representantes dos fóruns, mas do que isso, é pelo o que nós estamos conseguindo construir lá no local, em cada Estado.” (Transcrição VT: *O que são os Fóruns de EJA* – Maria Margarida Machado, X ENEJA, 28/08/2008).

É através desse contexto de organização do que são os Fóruns de EJA que o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil se configura. O Portal representa todo esse coletivo de pessoas que lutam em prol da EJA em todo o Brasil.

Existe um projeto de pesquisa, em desenvolvimento pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, coordenado pela Maria Luiza Pereira Angelim, com participação dos professores Laura Maria Coutinho, Leonardo Lazarte, Lúcio Teles, Renato Hilário e Maria Lídia, que tem o enfoque da pesquisa na EJA. Uma das linhas

da pesquisa é a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), diretamente ligada ao Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, desenvolvido e administrado pela equipe do projeto de pesquisa e também por administradores dos sítios dos outros Estados, responsáveis pela administração de seus respectivos sítios. Esse portal encontra-se no endereço <http://www.forumeja.org.br>, é o Portal do Movimento dos Fóruns de EJA, onde é possível acompanhar como está o movimento em prol da EJA em todo o Brasil.



Figura 02 - Página inicial do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil em setembro de 2010.



Figura 03 - Página inicial do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil em janeiro de 2011.

Sobre a história da origem do Portal, Juliana Gonçalves Pinto (2011), destaca com propriedade:

“Em todo esse contexto também nasce o Portal dos Fóruns de EJA (www.forumeja.org.br) que surge a partir de duas etapas anteriores ao movimento dos Fóruns criarem o atual Portal. Desde 1994, professores da FE e do Instituto de Matemática da UnB, que constituem o Grupo Lattes/CNPq “Aprendizagem, Tecnologias e Educação a Distância”, desenvolvem pesquisas sobre aprendizagem colaborativa no ambiente virtual multimídia que, com base empírica na realização de três cursos de especialização em educação continuada e a distância (1994, 1997 e 1999), apoiados pela SEED/MEC e Cátedra UNESCO de Educação a Distância, resultou na elaboração do conceito “comunidade de trabalho/aprendizagem em rede” (CTAR), de autoria coletiva. Concomitantemente, em outubro de 1998, com o apoio da UNESCO, sob a coordenação da professora Maria Rosa Abreu iniciou-se a pesquisa do Observatório de Inclusão Educacional e Tecnologias Digitais sobre o tema Alfabetização de Jovens e Adultos (www.fe.unb.br/areas/alfabetizacao), este coordenado pela professora Maria Luiza Pereira Angelim, que foi ampliado para Educação de Jovens e Adultos. Apesar de simples e apenas de caráter informativo (site estático), esse espaço virtual serviu de alavanca para o que é hoje o atual Portal dos Fóruns de EJA – um ambiente interativo, mobilizador e, construído por diversas mãos, configurando-se de fato numa construção coletiva.” (PINTO, 2011, p.22).

Ainda sobre o histórico do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, Pinto (2011) relata:

“Essa compreensão motivou, com o objetivo de contribuir para a formação de professores de EJA, conjugar os resultados da CTAR com o Observatório UNESCO – Inclusão Educacional e Tecnologias Digitais, desenvolvendo-se como passo inicial o sítio protótipo do GTPA - Fórum EJA/DF, o: www.gtpaforumejadf.unb.br. Em seguida, por causa de dois encontros nacionais realizados em 2005 – o 5º MOVA BRASIL em Luziânia/GO e o VII ENEJA em Luziânia/GO, coordenados e

organizados coletivamente pelo GTPA - FÓRUM EJA/DF, pela primeira vez na história dos respectivos encontros, existiu esse espaço virtual que estava a serviço da organização e mobilização dos encontros. Onde era possível fazer as inscrições on-line das delegações dos 26 estados e do DF, além de abrigar todas as informações importantes e necessárias aos participantes dos dois encontros.

Ainda em 2005 e no VII ENEJA foi apresentado o projeto do Portal que acolheria e potencializaria 27 espaços virtuais distintos para os 26 Fóruns estaduais de EJA e o Fórum do Distrital Federal. Eles seriam construídos e administrados de forma descentralizada pelos próprios integrantes de cada Fórum de EJA, e a ferramenta tecnológica que seria utilizada foi pensada para ter certa facilidade no manejo, alimentação e organização dos conteúdos nos sítios. Existiria, também, um espaço Brasil que aglutinaria as informações de interesse nacional dos Fóruns. Nessa primeira etapa o Portal dos Fóruns de EJA teria, inicialmente, o domínio da “UnB” com o endereço www.forumeja.unb.br. Mas, futuramente, teria como propósito registrar-se como domínio “org”. Com isso, em 07 de março de 2006, efetivou-se o www.forumeja.org.br com o compromisso institucional do <registro.br> pela Faculdade de Educação e base física (hospedagem do servidor) e orientação tecnológica pelo Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Conhecimento - CDTC da Universidade de Brasília.” (PINTO, 2011, p.23).

João Felipe de Souza, que também era estudante de pedagogia da UnB e tinha acabado de entrar na equipe do Portal, relata o processo de apresentação do Portal durante o VII ENEJA:

“Foi apresentado o projeto do Portal que acolheria e potencializaria 27 espaços virtuais distintos, ou seja, os 26 Fóruns estaduais de EJA e o Fórum do Distrital Federal. Eles seriam construídos e administrados de forma descentralizada pelos próprios integrantes de cada Fórum, e a ferramenta foi pensada para ter certa facilidade no manejo, alimentação e organização das informações.” (SOUZA, 2009, p.15)

No ano de 2006, o Portal apresentou mais um avanço, principalmente, político. Até então o endereço era vinculado a Universidade de Brasília – UnB. O Portal procurou então maior autonomia mudando seu domínio para *.org*.

Em conjunto com o virtual está o presencial, ou seja, o virtual é reflexo de como está o movimento vivo em cada Estado e no Distrito Federal, por isso se complementam:

“Concretamente, o Portal se dispõe a construir uma figura virtualizada do movimento concreto dos Fóruns de EJA. Trata-se de uma relação complementar entre aquilo que conhecemos por virtual e aquilo que é de físico-presencial. São ambientes de naturezas distintas, e que têm se retro-alimentado saudavelmente. A vivência no ciberespaço é também política. E o Portal, enquanto ser virtualizante que se movimenta, registra as pegadas do movimento nos seus espaços de físico-presencial, acompanhando, no virtual, o ritmo das suas mobilizações e intervenções no campo físico/presencial.”
(SOUZA, 2009, p.16)

A alimentação dos sítios é realizada de forma descentralizada, por meio de voluntários e bolsistas do Brasil inteiro com interesse pela causa da EJA, ou seja, para adentrar esse universo é preciso a mínima compreensão do que é todo esse processo da construção coletiva do movimento e do que é a EJA em todas as suas especificidades. Abaixo é possível fazer uma relação do perfil desses administradores nos anos de 2008 e 2010:

01/10/2008		
Região	Estado	Perfil (Quantos são e quem são?)
Norte	AC	(1) Representante do Fórum de EJA e do o segmento EJA/SEE.
	AM	(3) Representantes do Fórum de EJA e do segmento universidades. Professores universitários.
	AP	(1) Representante do Fórum de EJA e coordena PROEJA.
	PA	(1) Representante do Fórum de EJA. Professora de EJA.
	RO	(1) Professora e gestora pública.

	RR	(0) Sem administrador na data do levantamento.
	TO	(1) Representante do Fórum de EJA e professor universitário.
Nordeste	AL	(1) Professor da rede pública municipal e estadual. (1) Integrante do Conselho de Educação do Estado.
	BA	(1) Integrante do Núcleo de Educação de EJA. (1) Estudante de Pedagogia da UFBA.
	CE	(1) Supervisora escolar em EJA.
	MA	(1) Participantes do Fórum de EJA. Coordenadora pedagógica
	PE	(1) Representante do Fórum de EJA, estudante de Pedagogia.
	PB	(1) Representante do Fórum de EJA. (1) Estudante de Comunicação da UFPB.
	PI	(1) Representante do Fórum de EJA e professor universitário.
	RN	(1) Participante do Fórum de EJA e Professora na SEEC.
	SE	(1) Estudante de Informática.
Centro-Oeste	GO	(1) Participante do Fórum de EJA e Estudante de Pedagogia da UFG.
	MS	(1) Coordenadora do Fórum de EJA e gestora em EJA do Estado.
	MT	(1) Integrante do Conselho de Educação do Estado e supervisor escolar.
Sudeste	ES	(1) Professora universitária.
	MG	(1) Estudante de Filosofia da UFMG. (1) Estudante de Pedagogia da UFMG.
	RJ*	(1) *Estudante de Pedagogia da UERJ.
	SP*	(1) *Estudante de Pedagogia da USP.
Sul	PR	(1) Professora da rede estadual e pesquisadora em PROEJA.
	RS	(1) Representante do Fórum de EJA e professora municipal.
	SC	(1) Representante do Fórum de EJA e professor universitário.

Tabela 01: Perfil dos Administradores do Portal de 01 de outubro de 2008. Criado pelo autor a partir das informações disponíveis no endereço: <http://www.forumeja.org.br/perfiladm2010>

***Em 2010, as universidades federais dos respectivos estados receberam apoio financeiro específico para o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil do MEC/SECAD.**

20/12/2010		
Região	Estado	Perfil (Quantos são e quem são?)
Norte	AC*	(1) *Estudante universitário.
	AM*	(1) *Pedagogo. Participa do Fórum de EJA. (1) *Pedagoga. Participa do Fórum de EJA.
	AP	(1) Representante do Fórum de EJA e coordena PROEJA.
	PA*	(2) *Estudantes de Pedagogia.
	RO	(1) Professora e gestora de escola pública.
	RR	(1) Participante do Fórum de EJA.
	TO	(1) Orientador Educacional e Jornalista.
Nordeste	AL*	(1) *Estudante universitário em Ciências da Computação.
	BA*	(2) *Participantes do Fórum de EJA. (2) *Estudantes de Pedagogia da UFBA.
	CE	(1) Pedagoga que coordena o Fórum de EJA.
	MA	(1) Pedagoga participante do Fórum de EJA
	PE*	(1) *Pesquisador em gestão de tecnologia de informação e comunicação na educação.
	PB	(0) Sem administrador na data do levantamento.
	PI*	(1) *Estudante de pós em Redes de Computadores. (2) *Estudantes de Pedagogia na UFPI.
	RN*	(1) *Estudante de Gestão de Recursos Humanos. (1) Participante do Fórum de EJA e professor universitário. (1) *Estudante de Geografia na UFRN.
	SE	(1) Pedagoga participante do Fórum de EJA.
Centro-Oeste	DF*	(1) *Estudante de Pedagogia na UNB.
	GO*	(3) *Estudantes de Pedagogia da UFG. Participam do Fórum Goiano de EJA. (1) *Técnico em comunicação digital e elaboração de web sites.
	MS	(1) Técnica da Secretaria de Estado de Educação.
	MT*	(2) *Estudantes de Geografia pela UFMT. (1) *Estudante de EJA – 3º Segmento.
Sudeste	ES*	(2) *Estudantes de Pedagogia da UFES. (1) *Contador pela UFES.

	MG	(0) Sem administrador na data do levantamento.
	RJ*	(1) *Estudante de Pedagogia da UFRJ.
	SP*	(1) *Estudante de Pedagogia da USP.
Sul	PR	(0) Sem administrador na data do levantamento.
	RS*	(1) *Prestador de serviço para desenvolvimento do Portal. (2) *Estudantes universitários.
	SC*	(3) *Estudantes universitários.

Tabela 02: Perfil dos Administradores do Portal de 20 de dezembro de 2010. Criado pelo autor a partir das informações disponíveis no endereço: <http://www.forumeja.org.br/perfiladm2010>

***Em 2010, as universidades federais dos respectivos estados receberam apoio financeiro específico para o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil do MEC/SECAD.**

A partir das tabelas apresentadas é possível observar a diversidade dos sujeitos que compõem o perfil dos administradores do Portal. Se comparado com 2008, o ano de 2010 teve avanços significativos para o desenvolvimento do Portal, pois grande parte (15 estados e DF) dos administradores em 2010 recebiam auxílio financeiro para administrar os sítios de seus estados, sendo a maioria universitários. Outro grande avanço foi o fato de, pela primeira vez, termos um estudante de EJA administrando o Portal.

Para esses administradores alimentarem de conteúdo o Portal, é utilizado um *software livre*⁸ chamado *Drupal*⁹. Essa ferramenta é um software de código-fonte aberto

⁸ *Software livre* é uma questão de liberdade, não de preço. *Software livre* se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o *Software*. Mais precisamente, ele se refere a quatro tipos de liberdade, para os usuários do *software*: A liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade número 0). A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade número 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade. A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo (liberdade número 2). A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade número 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade. Você deve também ter a liberdade de fazer modificações e usá-las privativamente no seu trabalho ou lazer, sem nem mesmo mencionar que elas existem. Se você publica as modificações, você não deve ser obrigado a avisar a ninguém em particular, ou nenhum modo em especial. De modo que a liberdade de fazer modificações, e de publicar versões aperfeiçoadas, seja significativa, você deve ter acesso ao código-fonte do programa. Portanto, o acesso ao código-fonte é uma condição necessária ao *Software livre*. (Fonte: GNU Operating System, disponível em <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html> - acesso em janeiro de 2011).

⁹ O *Drupal* é uma plataforma de site dinâmica que permite a usuários individuais ou comunidades publicar, gerenciar e organizar uma grande variedade de conteúdo. Integra muitos dos recursos populares de sistemas gerenciadores de conteúdo, blogs, ferramentas colaborativas e software de comunidades baseada em discussões em um único pacote fácil de usar. Como um projeto de código aberto mantido e desenvolvido por uma comunidade, o *Drupal* é livre e grátis para download e uso. Em janeiro de 2011 foi lançada a versão 7.0, versão que foi desenvolvida através da construção coletiva dos usuários e desenvolvedores desse *software* através de comunidades da internet durante o período de três anos (2008-2009-2010). (Fonte: Drupal Brasil – Site da comunidade brasileira de usuários de *Drupal* - <http://drupal-br.org/> - acesso em janeiro de 2011).

gratuito que permite que possam manipulá-lo de tal maneira que se aperfeiçoe o uso dependendo das necessidades. Para a administração do Portal, a ferramenta *Drupal* permite várias opções de edição e formatação da página. No entanto, no Brasil afora, quem administra cada sítio não são apenas profissionais de informática, mas também pessoas que não dominam a manipulação de tal ferramenta. A idéia é que o conhecimento tratado através desse *software* possa ser compartilhado e difundido entre as várias áreas afins, como por exemplo, a Pedagogia.

No Distrito Federal, a equipe do Portal é composta em sua maioria por estudantes do curso de pedagogia, a cada dia a equipe se fortalece, passo essencial para a boa continuidade do Portal pelo Brasil. Até o final de 2009, fazia parte da equipe João Felipe de Souza (Pedagogo), Ezequiel Antônio Rezende Pereira Neves (Pedagogo), Meire Cristina Cunha (Administradora Pública e estudante de Pedagogia), Andréia Soares da Silva (estudante de Pedagogia), Danielle Estrela Xavier (estudante de Pedagogia), Isadora Santos Morais (estudante de Pedagogia), Juliana Duarte Arraes (Pedagoga), Juliana Gonçalves Pinto (estudante de Pedagogia), Luís Fernando Celestino da Costa (estudante de Pedagogia), Reginaldo Lemos dos Santos (Pedagogo), Samuel de Souza Teixeira Junior (estudante de Ciências da Computação) e Terezinha Sant'Ana de Oliveira Costa (estudante de Pedagogia).

Com o decorrer do tempo todos foram conhecendo e aprendendo a manipular a ferramenta através da troca, construindo conjuntamente o saber tecnológico. Esse saber que foi construído não foi meramente tecnológico, pois o Portal não se constitui apenas de notícias sobre a EJA, mas também politicamente. Esse é o maior diferencial em ter alunos de pedagogia alimentando o Portal. Seria mais prático ter alunos da informática administrando o site, porém a proposta não é só ter conhecimento tecnológico, mas também, político:

“O princípio do Portal era de que ele pudesse ser cultivado/alimentado por pessoas da educação, com sensibilidade pedagógica e política, que vivenciassem concretamente os ambientes de físico-presencial dos Fóruns de EJA. Não nos interessava, desde o início, criar um espaço manipulável apenas por especialistas da tecnologia.” (SOUZA, 2009, p. 16).

A finalidade do Portal não é a monopolização do conhecimento construído pelos participantes do projeto de pesquisa; a idéia é disseminar esse conhecimento com o resto do Brasil e o mundo. Segundo Ezequiel Neves (2009, p.26) “Desse aprendizado coletivo e colaborativo, surge a idéia e a necessidade da construção do Manual de Aprendizagem do Portal por todos os que estão inseridos no processo”. Para isso construímos manuais de aprendizagem, que contém o passo-a-passo para a utilização das ferramentas utilizadas para a administração dos sítios. Particpei do processo de construção do manual de aprendizagem versão 3.0¹⁰ do Portal. Esse manual busca orientar usuários que não possuem muita prática na utilização de ferramentas tecnológicas, e nesse buscamos dar subsídios para que cada administrador dos diversos sítios do Brasil possam ter autonomia e condições plenas de fomentar seus Estados. Atualmente, o manual se encontra na versão 5.0.

O trabalho desenvolvido no Portal não se restringe a ficar em frente ao computador postando conteúdo e, um exemplo disso, foi a construção coletiva dos manuais de aprendizagem do Portal. Conforme dito anteriormente esses manuais são utilizados para compartilhar o conhecimento com todo o Brasil e o mundo. Como está a serviço do movimento, quem compõe a equipe tem a oportunidade de participar de encontros fora de seus Estados.

A partir das imagens a seguir, é possível compreender a dinâmica do processo de construção dos manuais de aprendizagem:

¹⁰ O manual de aprendizagem do Portal versão 3.0 foi lançado em 29/08/2008, no X ENEJA, no Município de Rio das Ostras – Rio de Janeiro. aborda os seguintes conteúdos: a) Construção coletiva, b) Cuidados com a Saúde, c) Logística da Página inicial, d) Como publicar conteúdo direto no portal, e) Como anexar um arquivo, f) Como criar um hiperlink, g) Como criar um menu, h) Como adicionar itens ao seu menu, i) Como ativar um bloco, j) Como criar uma galeria de imagens, k) Como colocar imagens na galeria, l) Como colocar um logotipo na página principal, m) Sobre o vim (limpador de textos) e Front Page (editor de HTML). (Fonte: Manual de aprendizagem versão 3.0 – Acessado em novembro de 2009 e disponível em <http://forumeja.org.br/manualversao3.0>)



Figura 04 – Capa do Manual de Aprendizagem 3.0

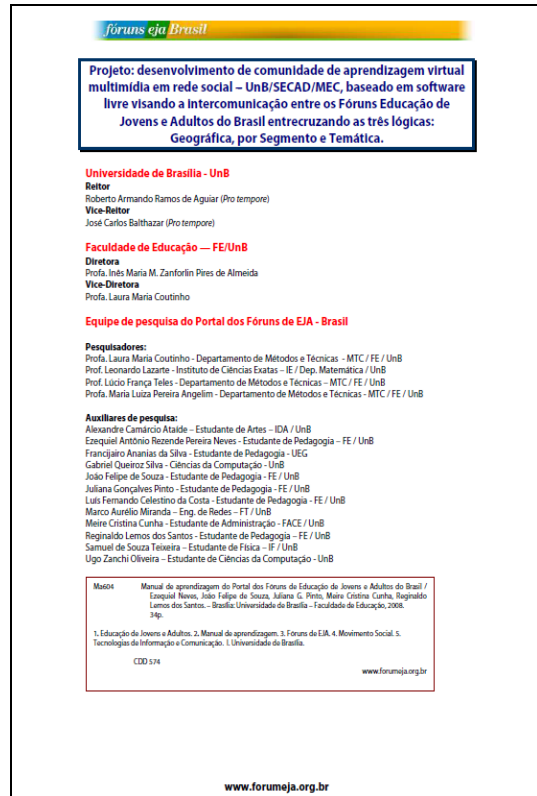


Figura 05 – Contra-capa do Manual de Aprendizagem 3.0



Figura 06 – Capa do Manual de Aprendizagem 5.0



Figura 07 – Contra-capa do Manual de Aprendizagem 5.0

Devido ao Portal, tive a oportunidade de participar de dois encontros nacionais, o primeiro deles foi o X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - X ENEJA, realizado em Rio das Ostras/ RJ, em agosto de 2008. O encontro teve como tema “História e Memória dos Encontros Nacionais dos Fóruns de EJA no Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos”. Esse encontro contou com a participação de 539 delegados, que são pessoas que participam dos diversos segmentos que compõe os fóruns em cada estado e Distrito Federal. Cada Estado elege até 20 delegados desses diversos segmentos que os representarão, ou seja, cada delegado leva uma série de discussões, de acúmulos e de encaminhamentos que serão colocadas na roda de discussão no momento oportuno.

O X ENEJA buscou o resgate da história dos Fóruns de EJA, com o objetivo de discutir os avanços e mudanças em todo o percurso até então. Acima de todo esse percurso, existe a discussão sobre o direito à educação de qualidade social para todos. No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, a LDB, no Art. 37º, afirma que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Nesse mesmo artigo, em seus dois parágrafos, fica mais claro a responsabilidade do Estado para com os jovens e adultos:

“§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.” (Art. 37, LDB)

“§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.” (Art. 37, LDB)

Esse encontro mostrou que os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA’s vêm constituindo espaço importante de discussão coletiva, envolvendo representantes de todos os Fóruns, capazes de interferir na definição de políticas públicas no campo da EJA.

Reconhecendo a importância de se realizar discussões preliminares a cada um desses eventos, no momento em que se aproxima o X ENEJA, houve a orientação para que cada Fórum sistematizasse as discussões ocorridas em seus respectivos espaços, sob a forma de documento preparatório¹¹, que teve como eixos norteadores as seguintes questões: o sentido dos Fóruns; problematização sobre a demanda de EJA no estado, o significado dos segmentos na composição dos Fóruns e contribuições às políticas públicas de EJA.

As reflexões e questionamentos surgidos do X ENEJA representam possibilidades de reinvenção de novas formas de atuação e interlocução, exigindo compromisso político — próprio dos que possuem um ideal comum — e clareza para lidar com os tensionamentos advindos de um cenário que se complexifica, à medida que ganham visibilidade outros sujeitos, o que também exige a construção de novos caminhos e estratégias para a efetivação do direito à educação de qualidade social para todos.

O ENEJA tem o desafio de, não obstante os limites impostos por essa mesma conjuntura de crise educacional, pautar nos espaços públicos de formulação da política educacional e social mais ampla, uma difícil discussão: a democratização da educação em um Estado e sociedade fundados, historicamente num processo de desigualdade social estrutural.

Os ENEJA's buscam também dialogar sobre o papel do Estado perante a EJA, discutindo se a lei está sendo cumprida conforme consta na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96. A busca por qualidade para o ensino da EJA é uma discussão que permeia o movimento até hoje.

Apesar de ter participado do Encontro Distrital Preparatório à VI CONFINTEA, a participação em um encontro nacional teve um gosto diferenciado. Primeiro porque ainda não tinha noção de como estava o movimento em prol da EJA nos outros Estados, a não ser virtualmente, quando acompanhava pelo Portal. Segundo porque eu participava do encontro como integrante da equipe do Portal, ou seja, meu papel não era apenas acompanhar e observar, era também registrar, entrevistar e interagir com todos aqueles diversos atores do processo.

¹¹ No dia 05 de julho de 2008 foi realizado o XVII Encontro de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal. O documento final desse encontro foi discutido coletivamente e aprovado em plenária para subsidiar a delegação para o X ENEJA. (Fonte: <http://forumeja.org.br/df/files/xenejadf.pdf> – acessado em janeiro de 2011).

A partir de 2008, a equipe do Portal iniciou sua prática de produção em audiovisual. Foi a primeira vez que tive a oportunidade de vivenciar essa prática. Antes, em momentos familiares, já havia filmado, tirado fotos, porém, nunca havia realizado entrevistas e edições. A primeira experiência audiovisual foi durante o Encontro Distrital Preparatório à VI CONFINTEA, em março de 2008. Foram realizadas entrevistas e registros das mesas, dos grupos de trabalho e da plenária. Através de registros em foto, áudio e audiovisual (vídeo) foi possível disseminar e compartilhar o que acontecia de mais recente no movimento dos Fóruns de EJA do Brasil.

O salto de qualidade do Portal foi visível e as visitas aumentaram consideravelmente (ver tabelas 03 e 04 abaixo). Esse crescimento de acessos não se deu apenas à publicação do que havia sido registrado através do audiovisual, mas também porque o Portal funciona como um grande acervo de conteúdos em constante movimento. A credibilidade cresceu junto ao movimento e às entidades governamentais, ocasionando apoio financeiro ao projeto que comportava o Portal.

Número de visitas ao Portal nos respectivos meses de 2006	
Mês	Nº de visitas mensais
Junho	3.318
Agosto	3.713
Setembro	3.955

Tabela 03: Número de visitas em junho, agosto e setembro de 2006.

Número de visitas ao Portal nos respectivos meses de 2007	
Mês	Nº de visitas mensais
Fevereiro	2.991
Março	3.383
Abril	5.490

Tabela 04: Número de visitas em fevereiro, março e abril de 2007.

Número de visitas ao Portal nos respectivos meses de 2010 e 2011	
Mês	Nº de visitas mensais
Dezembro/2010	26.761
Janeiro/2011 (até 23/01))	29.949

Tabela 05: Número de visitas em dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

Essa visibilidade foi fruto de um movimento, uma transação que acontece com o advento das tecnologias. Hoje é possível estar em dois “ambientes” ao mesmo tempo, tanto presencialmente, como virtualmente. Por exemplo, tínhamos antigamente as teleconferências, e hoje temos as webconferências. Nunca foi tão fácil ter acesso à

informação; a democratização que o uso das tecnologias propicia é inquestionável, ao mesmo tempo em que quem as usa deve ter consciência de que as informações podem ser manipuladas e distorcidas, cabendo ao usuário dosar e filtrar onde colher tais informações.

Quem registra deve ter a sensibilidade de perceber os momentos marcantes e que causam impacto de alguma maneira e em quem vai vê-las em seguida. O registro audiovisual armazena as imagens e o som, mas não substitui a energia que permeia o lugar concreto. O audiovisual surge como instrumento a favor de quem deseja permitir que outros sujeitos tenham condições de assimilar, mesmo que minimamente, algo que ocorreu em um passado distante ou não com fatos significativos ou não. Em suma, o audiovisual permite captar fatos ocorridos em determinado momento, em determinado contexto que nem sempre é relatado pelos registros escritos e fotográficos.

Conforme dito anteriormente, o Portal dos Fóruns de EJA teve a oportunidade de registrar, através de recursos audiovisuais, vários encontros de suma importância, não só para o movimento da EJA, mas para todos os interessados pela educação de jovens e adultos. O Portal iniciou seus registros audiovisuais a partir do Encontro Distrital Preparatório à VI CONFINTEA (março/2008), em seguida o Encontro Regional Preparatório à VI CONFINTEA (abril/2008), Encontro Nacional Preparatório à VI CONFINTEA (maio/2008), X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – X ENEJA (agosto/2008), XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – XI ENEJA (setembro/2009) e a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – VI CONFINTEA (dezembro de 2009). Entre esses encontros, de âmbito nacional e internacional, aconteceram encontros do Distrito Federal, como, por exemplo, o XVII Encontro do GTPA-Fórum EJA/DF (julho/2008).



Figura 08 - X ENEJA realizado em Rio das Ostras/RJ em 2008 (Plenária Grupo de Trabalho)

O registro audiovisual era composto por áudio, visual e audiovisual. Para esse registro, são utilizadas câmera fotográfica e câmera filmadora. Inicialmente ficamos restritos a apenas filmar e fotografar, porém, com o passar do tempo ganhamos confiança e autonomia para entrevistar os participantes e criar diálogos entre eles, para que a construção do conhecimento não ficasse restrita à individualidade, mas que pudesse ser feita através do diálogo entre os sujeitos do universo da EJA. A idéia era disponibilizar para todo o Brasil, por meio do Portal, como foi o encontro, publicando fotos, vídeos e as entrevistas. Dessa maneira, quem não pode participar presencialmente do encontro teve a possibilidade de ver as principais atividades ocorridas durante o mesmo.

O mesmo registro audiovisual se repetiu no segundo encontro nacional que participei. O XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em setembro de 2009 em Belém-PA, teve como tema "Identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de lutas". Contou com a presença de 510 delegados oriundos de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal e com representações de todos os segmentos que compõem os Fóruns Estaduais e Regionais de EJA.



Figura 09 - XI ENEJA realizado em Belém-PA em 2009 (Mesa de abertura)



Figura 10 - XI ENEJA realizado em Belém-PA em 2009 (Plenária Final)

Esse décimo primeiro encontro representa para os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil um momento muito especial, visto que ele traz importantes marcas para a história desse movimento nacional. Essas marcas indicam, ainda, que os Fóruns de EJA estão preocupados com sua trajetória, preocupação esta demonstrada no X

ENEJA quando, da comemoração dos 10 anos de existência dos encontros, se discutiu a história e a memória do movimento, assim como na temática proposta para o XI ENEJA, na perspectiva de que se colocasse em pauta a identidade e as estratégias a serem empreendidas pelos Fóruns dali por diante.

O que mais enriqueceu não foram apenas as exposições à frente da mesa, mas também, e, principalmente, fora dele. Os momentos de conversas informais foram fundamentais para minha formação acadêmica, bem como a formação para o movimento. A troca de idéias fora de ambientes formais contribuiu para a consolidação de uma visão pré-formada, pois a descontração permite que muitos assuntos venham à tona sem levar em consideração a posição do coletivo, mas principalmente, a individual. É desta forma que percebemos que nem sempre a posição política individual de cada sujeito é correspondente a do coletivo que o representa.

Paulo Freire afirma essa questão da percepção do homem através de experiências:

“É esta percepção do homem e da mulher como seres ‘programados, mas para aprender’ e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista.”
(FREIRE, p. 145, 2006)

Fica muito claro que a discussão entre o individual e o coletivo permeia questões de nossa própria compreensão como sujeitos, o que envolve a autocrítica e conhecimento de causa. Todo ambiente é formativo, basta o sujeito se compreender nesse processo e perceber que a prática do exercício de aprender exige uma não separação do que se aprende com o que se sente ao se aprender.

Além desse aprendizado constante relacionado com a vivência humana, durante esses dois encontros (X ENEJA e XI ENEJA), como integrante da equipe do Portal, tive a oportunidade de presenciar dois momentos únicos em minha formação. Foi a

realização das oficinas do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil voltadas para os administradores dos sítios de cada Estado. Buscávamos a socialização de experiências para consolidar o papel do Portal para com os Fóruns.

As oficinas foram desenvolvidas em dois momentos essencialmente integrados. O primeiro, de cunho político, buscando mostrar a importância do Portal na mobilização, organização e ascensão do movimento dos Fóruns de EJA do Brasil. O segundo, de cunho tecnológico, visando a apropriação tecnológica referente à ferramenta utilizada para administrar os sítios a serviço do movimento social dos Fóruns de EJA do Brasil. Essa apropriação se deu, principalmente, por meio do manual de aprendizagem desenvolvido coletivamente pela equipe do Portal com a colaboração da experiência acumulada de todo o Brasil. No caso do X ENEJA, foi utilizado o manual de aprendizagem versão 3.0, conforme mencionado na página 40.

As oficinas consistiam em uma roda de conversa em que colocávamos os anseios e dificuldades, para em seguida tirar todas as dúvidas possíveis, em curto espaço de tempo. Os administradores dos sítios dos outros estados não são pessoas formadas em informática, são de formações diversas, o que inclui uma realidade local diversa, que deve ser respeitada e levada em consideração. A proposta não era formar pessoas para somente a manipulação do *Drupal*, mas para o propósito do Fórum e, conseqüentemente, para como o Portal poderia contribuir para com o movimento.



Figura 11 - Oficina do Portal realizado no X ENEJA – Roda de discussão política e sobre o manual de aprendizagem 3.0 (Setembro de 2008).

Além das oficinas presenciais que ocorrem durante os encontros e eventos, utilizamos o espaço virtual para orientar os administradores. Para isso, utilizamos o sistema *phpBB*. É uma das soluções em código aberto mais utilizadas no mundo desde a sua criação, em 2000. Possui interface amigável e fácil de usar, com ferramentas administrativas poderosas e de instalação simples. Com uma série de funcionalidades importantes e altamente customizáveis, aliados a uma interface compatível, o *phpBB* é uma das formas mais populares de se criar e cultivar uma comunidade de diálogo virtual.

Além dessa ferramenta de interação, os Fóruns utilizam um grupo de discussão no Yahoo! Grupos¹². Participam desse grupo de discussão os delegados que já participaram dos ENEJAS's e outros encontros, e também, interessados em dialogar sobre a temática. Um grande desafio para toda a equipe do Portal é conseguir estabelecer as discussões no fórum *phpBB* constantes. Em termos de usabilidade é mais prático o uso do Yahoo! Grupos devido a facilidade de ler e postar mensagens. Os emails recebidos aparecem em um email só, não sendo necessário abrir outros *links* para acessar o conteúdo das mensagens.

Essa discussão foi levada aos encontros, e até hoje encontramos problemas em fazer o espaço de discussão virtual funcionar efetivamente. Ainda falta consolidar esse ambiente como espaço autônomo e coletivo de discussões e de encaminhamentos dos Fóruns.

Toda a experiência que tive com os Fóruns e o Portal foi rico do ponto de vista formativo. Pensar a educação pelo viés dos sujeitos a quem ela se destina é pensar que esses sujeitos são tão especiais quanto cada um de nós. Esse percurso, esse processo todo de vivências, de mobilizações, de diálogos e de discussões só mostra o quanto somos pequenos diante da grandiosidade da coletividade:

¹² O Yahoo! Grupos é um serviço gratuito que permite reunir a família, amigos e membros por meio de um Web site e grupo de e-mail. Não é necessário conhecer HTML para criar seu próprio grupo. O Yahoo! Grupos oferece uma forma conveniente de conectar-se com outras pessoas que compartilham os mesmos interesses e idéias. Os usuários do Yahoo! criam uma infinidade de grupos de e-mail nos quais você pode se inscrever, em um ambiente fácil de usar. Você pode utilizar o serviço Yahoo! Grupos via Web ou através de um programa de e-mail. (Fonte: O que é Yahoo! Grupos? – Disponível em <http://help.yahoo.com/l/br/yahoo/groups/groups-01.html> – acessado em dezembro de 2010).

“A construção coletiva se apresenta como idéia-força capaz de articular as singularidades, num esforço propiciador da potencialização dos indivíduos, elevando-se ao autêntico processo de sua humanização e libertação criadoras.” (Consulta Popular, 1999).

Pensar nessa grandiosidade da coletividade não é pensar que estamos apenas juntos, somando idéias, é pensar além disso. Somos seres incompletos, em constante processo de formação, em busca do equilíbrio do ser. Se esse coletivo de pessoas existe, em busca de um propósito em comum, é porque elas estão em busca da auto-afirmação, em busca de algo que as complete. O Portal surge em prol do movimento que busca a união dessas pessoas, que procura, acima de tudo, uma maneira de unir essas pessoas não presencialmente, tentando manter o mínimo de vínculos através de discussões que estão em seus cotidianos.

Estágio curricular - Projeto 4 no CESAS, a prática transcendendo a teoria

Durante a formação do pedagogo, na Universidade de Brasília, passamos pelo estágio obrigatório, intitulado “Projeto 4”, que consiste em duas etapas totalizando 240 horas de docência em sala de aula.

Estive em vários espaços de compreensão desses sujeitos da EJA, porém nenhum foi tão intenso e significativo quanto estar em sala de aula e sentir/ viver a realidade deles. Procurei estagiar em uma escola que oferecesse o primeiro segmento da EJA. A escola que me permitiu estagiar foi o CESAS – Centro de Estudos Supletivos Asa Sul, posteriormente chamado de Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul. O período de estágio foi no segundo semestre de 2008, mais especificamente de agosto a dezembro do mesmo ano.

As oportunidades de escolarização permitidas aos jovens e adultos que não tiveram condições de concluir seus estudos no Ensino Regular, de 1931 a 1971, eram oferecidas apenas pelos Exames Preparatórios daquela época, atualmente os Exames Supletivos.

O ensino regular, implantado em 1931, não se expandiu a nível nacional de forma a atender a todos os que necessitavam estudar, gerando uma retenção à demanda escolar que já se contava em milhões de alunos em 1971.

Essa realidade levou os legisladores responsáveis pela elaboração da Lei 5692/71 a destinar um de seus capítulos ao Ensino Supletivo/Educação de Jovens e Adultos.

A nova visão que se infundiu ao ensino supletivo levou o Ministério da Educação e a Fundação Educacional do Distrito Federal a firmarem convênio objetivando a criação do CESAS, que, após a aprovação do projeto, pelo Parecer n° 19/75-CEDF, foi autorizado a funcionar pela Instrução n° 29, de outubro de 1975, do Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal.

A educação de Jovens e Adultos (EJA), claramente definida e amparada pela Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Seção V, art. 37 e 38), pela Resolução n° 01/2001-CEDF e pela Resolução n° 01/2003-CEDF, destina-se àqueles que não tiveram acesso ou que não puderam prosseguir seus estudos nos Ensinos Fundamental e Médio, na idade própria.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul – CESAS – é uma instituição que tem essas funções, bem como realiza estudos e pesquisas sobre metodologias, programas, material didático, técnicas e processos de avaliação.

A escola foi inaugurada em outubro de 1975, atende mais de 5 mil alunos, atuando nos três segmentos da EJA. Atende, no turno matutino, 8 turmas de 1° segmento, 8 turmas de 2° segmento e 15 turmas de 3° segmento. No turno vespertino, atende 5 turmas de 1° segmento, 8 turmas de 2° segmento e 18 turmas de 3° segmento. Por último, no turno noturno, atende 6 turmas de 1° segmento, 8 turmas de 2° segmento e 14 turmas de 3° segmento.

A professora que me supervisionou estava em seu último ano de trabalho, porque iria se aposentar. Seu ânimo já não era o mesmo – dizia ela, estava ansiosa para terminar o ano letivo para que pudesse ter a tão sonhada aposentadoria. Esse foi um fator positivo para minha inserção, pois tive toda liberdade e autonomia para desenvolver o trabalho junto aos alunos. Tive que adaptar minha proposta com a que a professora já tinha; não podia, naquela altura, modificar tudo e colocar em risco e descrédito todo o planejamento que ela havia feito.

Pela primeira vez entrava em uma sala de aula de EJA para dar aula. Era uma turma da 4ª série do 1° segmento de EJA. O nervosismo e a ansiedade tomavam conta de mim, pois era algo que queria há muito tempo e estava de frente com a oportunidade. Montei vários planos de aula que correspondiam ao restante das aulas, referente aos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 2008. A professora gostou e sugeriu

poucas mudanças, ressaltando apenas o cuidado em abordar o conteúdo que constava no planejamento.

Esse planejamento que ela tanto abordava estava desatualizado do ponto de vista da realidade dos sujeitos da EJA. O conteudismo era constante nos planejamentos dos professores. Todos estavam preocupados em finalizar as avaliações para buscar a aprovação dos alunos para o semestre seguinte.

A turma variava bastante de faixa etária: enquanto alguns alunos tinham 50 ou 60 anos, outros estavam com 16 e 17 anos. Essa diferença influenciou a forma de se trabalhar em sala de aula. Eu tinha que adaptar a aula para ambas as idades, o que já foi um grande desafio. Além da diferença de idade, havia o fato da turma ser inclusiva, ou seja, ela possuía alunos com necessidades educacionais especiais. Na mesma turma havia uma aluna totalmente cega, uma com baixa visão, um com síndrome de Down e dois com deficiência mental.

O trabalho com os educandos com necessidades educacionais especiais foi um tanto desafiador. Dar atenção a todos era a maior dificuldade. A professora dava aula sozinha e dizia estar acostumada com o fato de não ter apoio em sala de aula. Na escola havia uma profissional com especialidade em necessidades especiais para auxiliar os professores, porém, ela nunca comparecia quando precisávamos. Com isso, recorri à UnB através da Faculdade de Educação, que possui estrutura para, principalmente, a linguagem em Braille. Fazia então, com antecedência, a impressão em Braille para os alunos com deficiência visual, para que assim pudessem acompanhar as aulas e realizar as atividades propostas. Os dois alunos com deficiência visual eram inteligentes e conseguiam compreender tudo com muita facilidade. Tinham um raciocínio bastante aguçado, principalmente no que se refere a números. Os dois conseguiram fazer os cálculos de cabeça, enquanto os outros que enxergavam tinham muitas dificuldades com os cálculos.

Os dois alunos que tinham deficiência mental prestavam atenção nas aulas, porém não conseguiam compreender o que estava sendo explicado. Quando eu perguntava se entenderam, eles diziam que sim, porém na hora no exercício eles não tinham compreendido nada. Procurei então fazer um trabalho de insistência com eles, para que pudessem entender minimamente o que era abordado em sala de aula. A grande dificuldade com os alunos com deficiência mental era que quando entendiam algo, no dia seguinte já esqueciam, e isso era muito desgastante, pois tinha que repetir toda a explicação quase diariamente para os dois alunos.

O aluno com síndrome de down exigia de mim um pouco mais de atenção. Os professores não tinham mais paciência com ele, não podiam virar as costas que ele saia da sala correndo. Quando o conheci, procurei criar vínculos com ele, para conquistar um pouco sua confiança. Consegui aos poucos ir conversando com ele e colocando algumas questões sobre o porquê dele estar ali. No caso específico desse aluno, ele estava ali porque a avó dele queria. Por isso ele dizia não gostar de estar ali. Com muita paciência superamos esse desafio e ele começou a ficar mais interessado nas aulas, a participar e a realizar as atividades propostas.

Com o início das aulas e o passar dos dias, iniciei um processo de reflexão sobre o que Paulo Freire dizia sobre o oprimido se libertar do opressor que vive dentro dele:

“Os oprimidos, que introjetam a ‘sombra’ dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, na medida em que esta, implicando a expulsão desta sombra, exigiria deles que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão com outro ‘conteúdo’ – o de sua autonomia.” (FREIRE, p.37, 2008)

Propor atividades que visassem essa “libertação”, que Paulo Freire coloca, é um desafio enorme, visto que os adultos ali presentes se portavam de tal maneira que o opressor parecia estar firme e forte dentro deles. Porém, Paulo Freire ainda afirma:

“Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘convivência’ com o regime opressor.” (FREIRE, p.58, 2008)

Foi uma tarefa muito cansativa propor momentos de construção coletiva para sujeitos tão diversos em um mesmo espaço. Alguns queriam apenas aprender a ler e escrever, outros pretendiam ascender no emprego que estavam, e tinha ainda os que eram obrigados a estar na escola porque os pais queriam – era o caso dos alunos de 16 e 17 anos de idade.

A dificuldade com a Educação de Jovens e Adultos me ficou clara ao perceber, pela fala e escrita, que muitos alunos mal sabiam ler e escrever. Eles estavam na quarta série do primeiro segmento, prestes a avançar para o segundo segmento o qual teriam

que se virar sozinhos, pois os professores não davam tanta atenção quanto os do primeiro segmento. Esse problema me inquietou, pois além da dificuldade na leitura e escrita tinham problemas com cálculos matemáticos básicos. Algo precisava ser feito com urgência.

Conversei com a professora sobre o assunto e ela concordou com meu posicionamento sobre fazer alguma coisa para ajudar os alunos com maiores dificuldades e disse que os alunos da turma que estávamos não deveriam ter passado de série nos semestres anteriores. O problema é que os professores acabam aprovando por medo de represálias, por pena ou por receio de desestimulá-los. Por mais que eu tenha compreendido as diversas razões, achei um equívoco aprovar alunos que mal sabiam o básico. Esses alunos, ao conversarem comigo, expressavam angústia e receio por não saberem quase nada de matemática e português, diziam estar à espera de uma “boa vontade” dos professores para aprovarem eles.

Inicialmente, minha proposta era discutir questões sobre cidadania e política, relacionando-as com os conteúdos exigidos que seriam abordados no decorrer das aulas. Comecei seguindo minha proposta, pois tinha autonomia para desenvolvê-la, mas depois do que observei tive que repensar tudo que havia planejado para fazer algo com esses jovens e adultos.

A professora me chamou para conversar, ela disse que dos 20 alunos apenas três teriam condições de passar de ano. Inquietei-me e estava disposto a fazer de tudo para mudar esse quadro. Vendo minha determinação ela se animou e decidimos uma metodologia diferenciada. Muitos a achariam excludente, mas decidimos dividir a turma em dois subgrupos. De um lado os que sabiam muito pouco ou nada e que teriam que partir quase do zero, de outro, os alunos que já compreendiam um pouco mais de matemática e português. Eu ficaria com o grupo de maior dificuldade e ela com o outro grupo.

Naquele mesmo ano a escola participaria do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Enceja¹³, e a direção queria que a escola tivesse um bom rendimento. Essa pressão em cima dos professores fez a preocupação

¹³ O exame é aplicado para avaliar jovens e adultos que não concluíram os estudos em idade apropriada. Pode ser realizado para pleitear certificação em nível de conclusão do Ensino Fundamental para quem tem no mínimo 15 anos completos na data de realização do Exame residentes no Brasil ou no exterior. O Enceja tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. (Fonte: <http://enceja.inep.gov.br> – acessado em janeiro de 2011).

umentar mais ainda. A prova seria aplicada pela própria escola, pelos professores de cada turma. Os alunos iriam respondendo as perguntas ao mesmo tempo, de maneira que os professores iam sanando as dúvidas durante a prova.

O Encceja é um exame aplicado que não é bem visto pelos dos Fóruns de EJA. Inclusive foi deliberada uma moção (ver anexo 03), no ano de 2006, quando o governo estava decidindo realizar o exame. Os Fóruns são contrários à sua realização dos exames, visto que constitui um retrocesso nas conquistas de formulação de uma Política Pública de Educação de Jovens e Adultos. Entende-se que o INEP/MEC, ao invés deste Exame Nacional, deve realizar pesquisas, sob os princípios orientadores da SECAD/DEJA.

Infelizmente, os jovens e adultos realizam um exame, uma prova nacional sendo que o Brasil é um país de dimensões continentais. Isso faz com que enfraqueça os cursos presenciais de EJA, na medida em que se oferece possibilidade de certificação sem o aluno freqüentar a sala de aula. Ou seja, há a troca do ensino pelo certificado.

Iniciamos, então, com a metodologia que havíamos planejado. Dividimos a turma em dois subgrupos: para um a professora daria reforço mais individualizado e para o outro grupo eu fazia o mesmo. A divisão em dois grupos contribuiu bastante na compreensão dos alunos do conteúdo. Foi possível atender individualmente cada um dos alunos, percebendo e agindo sobre suas maiores dificuldades. Em cada dia de aula, eu procurava atender mais especificamente dois alunos, sem deixar de atender a todos. Porém, atuando com mais energia nesses dois alunos o resultado seria alcançado mais rapidamente.

Durante cada dia focava nos dois alunos diferentes, chegando ao final da semana com todos os alunos atendidos individualmente. Alguns alunos logo perceberam a divisão em sala de aula e questionaram, tivemos que argumentar fortemente para convencê-los de que aquela divisão era necessária, pois achavam que estávamos dividindo a turma entre os “burros” e os “inteligentes” – palavras usadas por eles. Eu e a professora já sabíamos que seríamos questionados e criticados, mas foi a forma encontrada para poder aprovar o máximo de alunos possível.

O ambiente escolar da EJA é realmente diferente. A maioria dos alunos está ali porque precisa, por necessidade de aprender para melhorar a renda e conseqüentemente a qualidade de vida deles e da família. É visível o olhar de cansaço, o suor do corpo, a impaciência e a esperança desses sujeitos. Sensibilizei-me muito com todos os alunos; muitos vinham de longe, de cidades como São Sebastião, Ceilândia, Paranoá e

Samambaia, para estudar em uma escola perto do trabalho. As distâncias dessas cidades são, em média, 25 Km de Brasília. Para eles não havia tempo ruim que não permitisse que estivessem ali para aprender. Toda essa sensibilização me deu forças para contribuir ainda mais com eles.



Figura 12 – Mapa com as Regiões Administrativas do Distrito Federal – Os marcados com um asterisco (*) mostra a cidade de origem de parte dos alunos da turma

Junto com o final do semestre, vinham as provas finais. Os alunos já não compareciam mais às aulas devido a problemas no trabalho ou família, além de muitos ficarem estudando em casa para as provas finais. Minha ansiedade era visível, pois estava à prova tudo que havia aprendido no curso de pedagogia até então, sem contar os vários esforços que fizemos para ajudar os alunos. Após as provas finais, a surpresa foi muito boa: dos vinte alunos, doze haviam passado. Isso porque apenas três estavam em condições reais de passar para o segundo segmento. A alegria foi ainda mais coroada com o resultado do Enceja: a turma ficou em primeiro lugar. Isso tudo foi, para mim, gratificante do ponto de vista profissional e pessoal, pois já me identificava com a causa deles, queria ajudar a qualquer custo. Ao final, todos que passaram fizeram questão de agradecer e valorizar o que eu e a professora fizemos com eles. Os que não foram aprovados, por incrível que pareça, foram estimulados pelos que passaram e continuaram acreditando.



Figura 13 - Turma de 4ª série do primeiro segmento de EJA do CESAS – Dezembro de 2008, confraternização de final de ano

A educação escolar é apenas um dos segmentos da Educação de Jovens e Adultos. Tive oportunidade de vivenciar outros espaços não escolares de aprendizado da EJA, como já relatei anteriormente, e os Fóruns de EJA foram um bom exemplo disso. Também vivenciei práticas de Economia Solidária e Educação Popular através da minha entrada na Incubadora Social e Solidária – ISSol, como será relatado na parte seguinte.

3ª Parte: Imersão no mundo da Economia Solidária

Um dos momentos de minha maior admiração foi a entrada no universo da Economia Solidária – ES. Os princípios e valores que tanto se preza na ES parecem muitas vezes utópicos, mas com o tempo percebemos que em nossas próprias práticas já existem algumas características desse tema.

No livro de Mance (2008), fica apontada a origem das práticas em economia solidária:

“Nas últimas décadas, milhões de pessoas, em todo o mundo – enfrentando solidariamente realidades econômicas adversas, em meio ao capitalismo globalizado – começaram a inventar e reinventar, nos diversos continentes, novas e antigas formas de organizar-se atividades de consumo, comercialização, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico, buscando alternativas para resolver seus próprios problemas e, ao mesmo tempo, construir sociedades mais justas e sustentáveis. O resultado dessas iniciativas foi o surgimento de práticas diversificadas de economia solidária, permeadas por ações culturais e políticas, fundadas em princípios éticos e democráticos.” (MANCE, p.109, 2008)

A base dos princípios e valores da Economia Solidária surge como o ideal de uma prática que precisa romper com o sistema atual, que visa a monopolização dos meios de produção, a exploração do trabalho e o lucro através da acumulação de capital. A autogestão, a cooperação, a viabilidade econômica e a solidariedade são as características básicas da Economia Solidária, e conseqüentemente de um empreendimento desse tipo.

Segundo Kruppa (2005), a Economia Solidária abrange transformação:

“A Economia Solidária tem que entrar na educação como fez a economia capitalista, que embebedou o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução da vida que devem ser pautadas por novos valores. A Economia Solidária é meio de um contexto

social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo, a defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças.” (KRUPPA, p.27, 2005).

A Economia Solidária se destaca hoje como em um processo em curso, embasado pelos princípios da solidariedade, sustentabilidade, da inclusão social e emancipação. É uma proposta, acima de tudo, socialista:



“É, portanto uma maneira de organizar a economia, e não só a economia, mas a sociedade sem classes, sem diferença de classes, não há patrão, não há empregado, não há quem manda, também não há quem obedece. Esse é, aliás, um lema que na prática se faz na economia solidária, ninguém tem o direito de mandar, ninguém tem a obrigação de obedecer, a não ser o coletivo, a não ser o conjunto deles.” (SINGER, Transcrição VT da Webconferência¹⁴: “Marcos Estratégicos das Ações de EJA” – 06/10/2010).

Mas para que esses princípios aconteçam é preciso um processo de conscientização de cada sujeito envolvido. Nesse sentido, Paul Singer aponta:

“A ligação umbilical da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apóia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, que cabe à educação popular difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina.” (SINGER, p.10, 2009)

¹⁴ A webconferência faz parte do Módulo I do curso de gestão social em políticas educacionais de EJA – UnB/UNESCO – ICAE/MDA/MEC. (Fonte: <http://www.fe.unb.br/ejagestao> – acessado em janeiro de 2011).

Diferenças principais entre o Capitalismo e a Economia Solidária	
ECONOMIA CAPITALISTA	ECONOMIA SÓLIDÁRIA
Projeto político capitalista	Projeto político socialista
Propriedade privada dos meios sociais de produção	Propriedade coletiva dos meios sociais de produção
Relações sociais de competição	Relações sociais de cooperação
Lógica do mercado	Lógica do desenvolvimento social
Individualismo	Coletivismo
Divisão social do trabalho baseado no lucro	Divisão social do trabalho baseado na solidariedade
Laços de proximidade verticais	Laços de proximidade horizontais
Heterogestão	Autogestão
Riqueza: acumulação de bens materiais, crescimento econômico	Riqueza: conjunto de bens materiais e imateriais para o desenvolvimento humano
Economia: utilização de recursos escassos para as necessidades e evitar prejuízos	Economia: gestão do bem viver dos habitantes da casa
Educação: recurso para capacitar o ser humano para a eficiência e eficácia. Treinar e instruir. Legítima desigualdade pelas diferenças individuais e aptidões	Educação: práxis que integra o ato de pensar e o ato de agir. Lidar com a diversidade e os conflitos
Escola: conservador da ordem capitalista (competência, individualismo, submissão), controle das relações burocráticas e de poder, conteúdo fragmentado e desvinculado do contexto social, significado de empregabilidade, alfabetização e escolarização para o mercado	Escola: transformadora da ordem social (interação, diálogo, autonomia) pluralidade de saberes, valorização das experiências cotidianas, não separa o pensar do fazer, currículo organizado em temáticas, alfabetização e escolarização para a vida
Trabalho: restrito ao emprego, trabalho abstrato e assalariado, separado do capital	Trabalho: como ser, saber, criar e fazer. Mediação com a natureza e com outros homens, princípio organizador da sociedade, humanização, trabalho concreto, não separa trabalho e capital

Tabela 07: Principais diferenças entre o Capitalismo e a Economia Solidária. (Fonte: Incubadora Social e Solidária – ISSol, 2005).

As práticas de Economia Solidária têm relação direta com a mudança cultural, que acontece através da formação, ou seja, a educação popular surge como um meio para atingir esse novo modo de se viver e de se pensar o ser humano.

“A educação popular é um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias (pedagogia) incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, com conteúdos e técnicas de avaliação processuais, permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade. (INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB – João Pessoa, 2003).

Os diversos conceitos de educação popular que encontramos foram construídos no Brasil, a partir de um processo histórico após as campanhas e movimentos de alfabetização, cultura popular e educação popular de 1947 até 1966, que podemos remeter a educadores como Paulo Freire, Osmar Fávero, Carlos Brandão e Pedro Pontual. Existe um acervo rico, coordenado por Osmar Fávero, com essa temática no site <http://forumeja.org.br/edupopular>, onde é possível compreender todo esse resgate histórico da educação popular.

A reflexão crítica, o diálogo e a construção compartilhada do conhecimento representam ferramentas que propiciam o encontro entre a cultura popular e a científica. É importante a disponibilidade de escuta e fala dos atores que se põem em relação a isso, cada qual, portando uma visão de saberes e práticas diferentes, convivendo em situações de reciprocidade e cooperação.

A autogestão consiste na participação de todos os trabalhadores cooperados nas decisões da cooperativa. A gestão envolve a área de finanças, a administração, a liderança e também a construção de regras a serem seguidas dentro do empreendimento. Cada cooperado tem direito à voz e voto:

“... cada cooperado (sócio) tem a mesma parcela, a mesma fração do capital que representa o valor do empreendimento. Isso faz com que cada trabalhador tenha exatamente o mesmo

direito que todos os demais. As decisões que se tomam nas cooperativas e empreendimentos são tomadas por voto, a não ser que seja consensual, depois de discussões e negociações entre os próprios trabalhadores. É o que chamamos de autogestão.” (SINGER, Transcrição VT da Webconferência: “Marcos Estratégicos das Ações de EJA” – 06/10/2010).

A cooperação tem relação direta ao objetivo da cooperativa, ou seja, os indivíduos se unem, trabalham juntos visando algo, e esse objetivo só é alcançado através da ajuda mútua, união dos esforços e capacidades. A propriedade é coletiva e existe a partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.

Para se atingir a viabilidade econômica é preciso unir os esforços, agregar conhecimentos e pensar estratégias para que o empreendimento seja rentável do ponto de vista econômico. No entanto cabe a todos a decisão de se tomar empréstimo e de se firmar parcerias para que possam obter resultados concretos para todos.

A solidariedade, por sua vez, é o principal elemento que fundamenta essa nova maneira de se organizar coletivamente. Segundo Gadotti (2009), é “um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos[...]”. Trata-se de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos, de aperfeiçoarem os conhecimentos dentro da própria cooperativa através de capacitações internas, oferecidas pelos próprios cooperados com maior conhecimento em determinada área; trata-se de se comprometerem com o meio ambiente, de terem compromisso com o social e a comunidade em que estão inseridos, além de prezarem pelo bem estar de todos dentro da cooperativa e dos parceiros.

Segundo Paul Singer (2005):

“A prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas (...). Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em

linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado, dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros. (SINGER, p. 16, 2005)

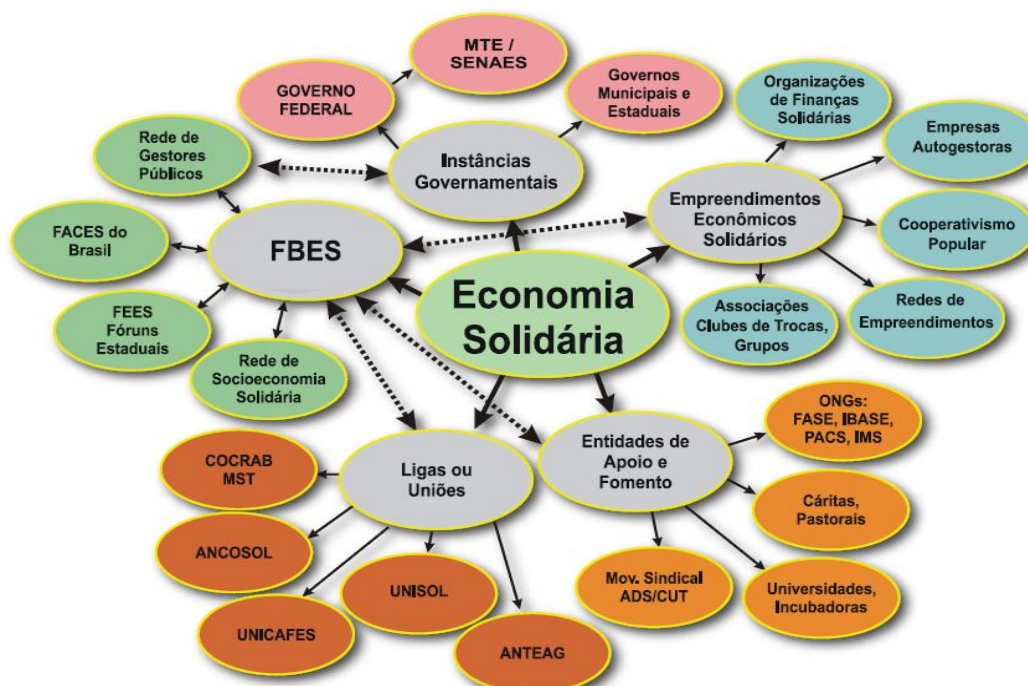


Figura 14 – O campo da Economia Solidária no Brasil: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2006.

No final do ano de 2008, tive a oportunidade de participar de uma seleção para interessados em trabalhar com Economia Solidária e Educação Popular. Até então não conhecia o mundo da Economia Solidária, mas consegui ser selecionado para uma das vagas.

Era para trabalhar na Incubadora Social e Solidária - ISSol, um Programa da Multincubadora do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB. O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), criado em 1986, é uma unidade vinculada à reitoria da Universidade de Brasília (UnB). Gestor do Parque Científico e Tecnológico da UnB, seu objetivo é promover e apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico por meio da relação universidade, governo, empresa e sociedade, trazendo fortalecimento econômico e social para a região. A Incubadora Social e Solidária é uma organização que auxilia

empreendimentos a se estruturar e se organizar. É como uma incubadora de recém-nascidos. Dá-se assistência aos empreendimentos durante determinado período de tempo até que tenham condições de caminhar por si sós.

A ISSol surgiu em 2005 e desde então apóia Empreendimentos de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno. As diversas localizações desses empreendimentos fazem com que os técnicos se desloquem para cidades como São Sebastião, Recanto das Emas, Samambaia, Valparaíso de Goiás, Ceilândia, Águas Lindas de Goiás, Estrutural, Santa Maria, entre outras para que o apoio seja efetuado.



Figura 15 – Mapa do DF mostrando parte dos locais dos empreendimentos apoiados pela ISSol, dezembro de 2010.

Os tipos de empreendimentos apoiados são diversos. Muitos empreendimentos possuem atividade na produção de vestuário e artesanato. Outros atuam na área de reciclagem, como a produção de vassouras de garrafas de PET e sabão ecológico que utiliza óleo de cozinha usado. O restante atua na área de serviços, que envolve o ramo da alimentação e beleza.

A Incubadora Social e Solidária atua diretamente em cinco eixos¹⁵: 1) Empreendedor (desenvolve pessoas, organização, desenvolvimento humano e economia solidária); 2) Produtos e Serviços (desenvolve produto, produção e serviços); 3) Gestão (desenvolve o administrativo e financeiro); 4) Mercado (desenvolve a comercialização e comunicação) e 5) Capital (desenvolve a captação de recursos e elaboração de projetos).

¹⁵ Retirado da Metodologia da Incubadora Social e Solidária (ISSol) do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB). Brasília, 2010.

Além desse apoio direto aos empreendimentos nas áreas acima citadas, a ISSol desenvolve atividades de sensibilização e prospecção, buscando assim, sensibilizar a comunidade quanto ao empreendedorismo e prospecção de novos empreendimentos, por meio de palestras, oficinas e capacitações. Um exemplo típico dessa atuação foi o apoio da Incubadora na criação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Águas Lindas de Goiás.



Figura 16 - Articulação para criação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Águas Lindas de Goiás – GO, maio 2009.

Esse Fórum Municipal teve a proposta de discutir meios para a divulgação e implementação da Economia Solidária no município de Águas Lindas de Goiás. Para isso, diversas reuniões aconteceram junto com representantes do Fórum Distrital de ES, e também, representantes do Fórum Brasileiro de ES.

No entanto, vale lembrar o que Carvalho¹⁶ (2008) afirma sobre avanço que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária trouxe à ES:

“Pode-se dizer que o movimento de Economia Solidária alcançou o reconhecimento e legitimidade necessária para possibilitar uma maior inserção nas políticas sociais de governo em 2004, por três

¹⁶ Sônia Marise Salles Carvalho é professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas, atualmente é cedida para a Universidade de Brasília – UnB.

razões específicas: 1) um contexto histórico da presença de um governo de esquerda no país, assegurando interesse político no campo social; 2) maior integração do movimento de ES com o governo, por meio da atuação da Senaes¹⁷; e 3) afirmação do papel político e estratégico do FBES na luta e construção de um projeto de sociedade mais justa e solidária.” (p.52).

A participação desses sujeitos é essencial para que possa ser seguido o que foi discutido na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, que é a instância coletiva máxima sobre as deliberações a respeito da Economia Solidária no Brasil.

O processo de construção da IV Plenária Nacional, promovido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ocorreu durante o período de dois anos (2006 e 2007), que a partir do documento base nacional espelho fiel do que vinha dos estados, com toda a sua diversidade, tratando de quatro eixos das bandeiras de lutas: 1) Produção, Comercialização e Consumo Solidários, 2) Formação, 3) Finanças Solidárias, 4) Marco Legal.

Este amplo processo de debate desencadeado em todos os estados do país, diante da conjuntura política do momento e com os avanços obtidos pelo movimento de Economia Solidária no Brasil, evidenciaram-se com a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária e a implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária, ambos em 2006.

A IV Plenária Nacional aconteceu no ano de 2007, porém o seu documento final, que foi discutido e aprovado em plenária, só foi publicado no ano de 2008.

Esse movimento alcançou essa legitimidade devido ao esforço do coletivo, ou seja, dos diversos atores que representam a ES, nessa diversidade que traduz a imensidão do Brasil, estão envolvidos nesse processo de construção da Economia Solidária:

“A caracterização dos participantes dos Fóruns estaduais estão representados por três segmentos articulados: a) as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) são estruturas organizativas que desenvolvem ações de apoio direto, junto aos empreendimentos, como capacitação,

¹⁷ A SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada em 2003, pelo Governo Federal e instalada no Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de contribuir para a inserção das políticas públicas de geração de renda, trabalho, emprego e de políticas sociais, que permitam uma integração plena dos indivíduos. (CARVALHO, 2008)

assessoria, incubação, pesquisa, fomento ao crédito, assistência técnica e jurídica. Geralmente possuem capacitação em diferentes áreas do conhecimento, representam a porção da sociedade civil institucionalizada, fazem a mediação social entre os EES e a sociedade e algumas são co-responsáveis pelo processo de gestão e sustentabilidades dos empreendimentos; b) os Gestores Públicos (GP) estão representados pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, pela Senaes – vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, instâncias políticas de Estado como Secretarias, Diretorias ou Departamentos, que estão construindo as políticas públicas de Economia Solidária em governos municipais ou estaduais; c) os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações coletivas rurais e urbanas, de natureza permanente, com existência real e atividades econômicas, como produção de bens, serviços, crédito, comercialização e consumo solidário. Representam o núcleo fundamental do Fórum e da constituição da Economia Solidária.” (CARVALHO, p.52, 2008).

A dinâmica da Economia Solidária, segundo Carvalho (2008), pressupõe o diálogo entre os três segmentos que a compõe, onde se aprende a lidar com a diversidade, seja pelos lugares institucionais distintos, experiências acumuladas ou organizações diferenciadas. No entanto, busca-se primar por um trabalho autogestionário. Esse diálogo remete a uma tendência de articulação entre os diversos segmentos que compõem os movimentos sociais. Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos seguem a mesma dinâmica, prezando sempre pelo diálogo, troca de experiências e colaboração entre os participantes.

Para buscar integrar essa diversidade pregada pela ES, a equipe da ISSol é composta por profissionais e estudantes de diversas áreas do conhecimento. Existem técnicos da área de design, produção, marketing, administração, pedagogia, sociologia e Economia Solidária. Essa quantidade de profissionais de áreas diversas se deve à complexidade dos empreendimentos que a Incubadora apóia. O apoio só pode ser dado a partir de conhecimentos gerados dentro da própria Universidade, ou seja, como o CDT é vinculado à UnB deve disponibilizar à comunidade o conhecimento acadêmico. Ainda assim, com toda essa quantidade de áreas, não é possível atender às demandas de capacitações mais específicas, como por exemplo, na área de costura ou modelagem. No

entanto, nesses casos de capacitações mais específicas de cada grupo, existe sempre a possibilidade de indicação de outros parceiros ou consultorias externas à universidade.

Os empreendimentos solidários incubados são, em sua maioria, compostos por indivíduos do sexo feminino, de baixa renda, alguns recebem benefícios do governo e outros são desempregados, e a faixa etária varia dos 30 aos 60 anos de idade. Atualmente, a ISSol está realizando o levantamento socioeconômico (anexo 04) dos empreendimentos que apóia. Devido a isso, os dados aqui informados informações parciais coletados com os empreendimentos de ES. Em suma, são adultos trabalhadores, com família para sustentar e que buscam, através do trabalho no empreendimento, meios de gerar ou complementar a renda.

A maioria desses indivíduos possui baixa escolaridade; alguns são analfabetos ou possuem dificuldade na leitura e escrita. Prestar assessoria técnica a pessoas que possuem esse tipo de dificuldade é um grande desafio para toda a equipe, pois a Incubadora é composta, principalmente, por profissionais da área de bacharelado, ou seja, não tiveram em sua formação a prática docente.

A ISSol possui diversas características que a coloca em um patamar bastante respeitado do Distrito Federal e no Brasil. Durante a realização de pesquisas sobre a proposição da “incubadora ideal” da rede ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares levou-se em consideração as características das incubadoras existentes:

“Essas características, encontradas aqui e ali, revelaram-se extremamente inspiradoras do que poderia ser uma incubadora que fizesse seu trabalho com grandes chances de apoiar, de fato, a construção da viabilidade econômica e associativa dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES.” (NUNES, p. 332, 2009).

Características que a “incubadora ideal” deve ter:	
1) Uma equipe assessora bem formada	Conhecedora da história e conceitos da ES enquanto projeto de sociedade e experiente sobre o como encaminhar essa proposta enquanto construção real.
2) Existência de documento referencial da incubadora que contenha parâmetros gerais para nortear a atividade de incubação	Este documento deve favorecer o planejamento das atividades por tempo ou por objetivos e conter indicadores de resultados que sejam plenamente conhecidos por todos.
3) Relação continuada com	Buscando diminuir, entre outros, os problemas de

parceiros para garantir perenidade de financiamento	rotatividade de pessoal e a descontinuidade de funcionamento da incubadora por interrupção do financiamento de projetos.
4) Equipe multidisciplinar	Para que o processo de incubação possa realmente abranger todas as áreas de funcionamento de um EES.
5) Plano de formação para a equipe assessora	Em forma de capacitação continuada sobre as bases teóricas, metodologia de incubação e valores norteadores das atividades da incubadora.
6) Inserção nos cursos da universidade e relacionamento com disciplinas nas quais a ES seja tratada	Essa experiência prévia favoreceria a formação dos estudantes que se tornarão estagiários da incubadora e estimularia a elaboração de trabalhos de conclusão de curso sobre o tema.
7) Atuação junto aos fornecedores e consumidores	De modo a acompanhar o fluxo da produção ou do serviço do começo ao fim, favorecendo assim o sucesso do empreendimento e a construção de um real mercado solidário.
8) Incubação aproximada	De forma que todo empreendimento em pré-incubação e incubação tenha contato pelo menos semanal com o assessor, de modo que sua formação e seu desenvolvimento sejam acompanhados paulatinamente.
9) Relatórios parciais e finais de atividades	Com periodicidade definida em tempo ou etapas, cuja confecção manteria a equipe em atitude constante de pesquisa.
10) Especialização progressiva em um segmento de empreendimentos ou em um território	Ação ampliada junto às cadeias produtivas, na medida das necessidades locais.
11) Engajamento militante	Principalmente dos colaboradores da incubadora.
12) Estrutura material mínima	Composta por uma sala de trabalho, uma sala de reuniões e banheiro; mobiliário mínimo de duas mesas de trabalho com cadeiras, armário, bebedouro e mesa de reunião para oito pessoas; equipamentos mínimos de dois computadores, uma impressora e telefone.
13) Acervo documental organizado e acessível	Tanto sobre a própria incubadora quanto sobre os empreendimentos com os quais ela trabalha.
14) Treinamento técnico da atividade do EES realizado por pessoas da área	De preferência membros mais experientes de um empreendimento de economia solidária de mesmo tipo.
15) Indicadores de monitoramento e avaliação	Da incubação, que sirvam para orientar o processo e para definir de maneira mais exata possível os efeitos da incubação e as dificuldades que ainda precisam ser solucionadas nos empreendimentos, em cada tempo ou em cada etapa, buscando sua emancipação financeira e gestonária.

Tabela 08: Características da “incubadora ideal”. (NUNES, p332, 2009).

Porém, o desafio é maior ainda quando percebemos que não adianta ter toda a estrutura necessária se não existe um método que atinja esses adultos efetivamente. A ISSol busca romper com a educação autoritária e impositiva. Os adultos com que trabalhamos tiveram uma educação totalmente tradicional:

“Infelizmente a organização escolar no mundo inteiro, eu diria, não só no Brasil, é hierárquica, seguem o modelo capitalista. Você tem quem obedece, que são os alunos e você tem quem manda, que são os professores. E acima deles, diretoria e assim por diante, mas é uma relação autoritária. Quem decide se o aluno aprendeu ou não é o professor. Na ES não tem que ser assim, eu espero que na educação de jovens e adultos também não tenha que ser assim. É possível, e eu acho que é necessário que haja como Paulo Freire nos ensinou, uma troca de aprendizados. O professor sabe de coisas que os alunos não sabem, e os alunos sabem de coisas que o professor não sabe.” (SINGER, Transcrição VT da Webconferência: “Marcos Estratégicos das Ações de EJA” – 06/10/2010).

Os serviços oferecidos pela ISSol procuram estabelecer, ao máximo, a relação entre os sujeitos o conhecimento prático e a experiência de vida dos mesmos. O conhecimento adquirido no decorrer da vida deve ser levado em consideração, não podendo ser ignorado. Nesse sentido, busca-se através da educação popular meios para que o objetivo proposto pelas capacitações sejam atingidos. Desde o início de cada curso os técnicos buscam construir o conhecimento conjuntamente com o empreendimento. Para isso são levantadas muitas discussões que surgem do dia-a-dia dos sujeitos, e a partir dessas discussões assuntos relativos ao curso vão sendo levantados e explicados. Quando se busca construir conceitos, os técnicos aplicam dinâmicas para que todos contribuam dizendo o que compreendem por determinado conceito, para em seguida construir/ desconstruir o significado.



Figura 17 - Reunião com empreendimento “Encanto das Artes” localizado em Recanto das Emas – DF, agosto de 2010.

O grande diferencial da metodologia da ISSol é a prática, ou seja, buscamos construir coletivamente o conhecimento com os sujeitos, de fazer junto essa construção. Os técnicos aprendem com os membros dos empreendimentos, e estes aprendem com os técnicos da ISSol. Devemos ter uma metodologia acessível a todos e todas que participam dos empreendimentos de economia solidária. Procuramos utilizar estratégias de aprendizagem colaborativa que busquem mais a participação dessas pessoas, e menos a técnica da leitura propriamente dita. A participação não se restringe a responder algumas questões que os técnicos perguntam; é mais do que isso, é fazer com que esses sujeitos se percebam no processo formativo, que criem consciência do porque de estarem ali, de se perceberem como capazes de mudar a realidade em que estão inseridos.

Sabemos que ao trabalhar com adultos devemos ter um cuidado especial de não dizer que estão errados ou que não sabem de nada, pois no decorrer da vida esses sujeitos já ouviram críticas demais. Devemos valorizá-los e respeitá-los. Estamos em uma sociedade que possui em sua essência a exclusão e afastamento dos menos favorecidos financeiramente, como pudemos perceber algumas páginas anteriormente através de análises da PNAD/IBGE. Cabe a nós orientar e possibilitar a conscientização

sobre como ascender dessas condições precárias, pregando assim a valorização dos sujeitos e de suas potencialidades.

Do total dos grupos apoiados pela ISSol a maioria são associações. Uma grande dificuldade ao trabalhar com esses grupos é que a associação não pode emitir nota fiscal, ou seja, não pode comercializar, a não ser que seja para fins de manutenção da própria associação. Porém, os grupos querem gerar renda para os associados do empreendimento e isso causa dificuldade de compreensão, por parte dessas associações, de que precisam se tornar cooperativas, pois estas podem comercializar e emitir nota fiscal.

Outras questões também entram na discussão sobre tornarem-se cooperativa. Os impostos mudam, a responsabilidade de cada cooperado também muda. A responsabilidade fiscal é de todos, ou seja, em caso de dívidas os cooperados podem responder com os próprios bens. Enfim, a mudança de consciência da coletividade deve ser enfatizada, pois todos estão juntos na mesma caminhada.

A Economia Solidária não é trabalhada como utopia pela ISSol, mas sim como realidade concreta dos empreendimentos que apóia. Não existe purismo ao tratar desse assunto. Existem cooperativas que são referência pela prática social e solidária porque prezam pela base dos princípios e valores. Existe um processo constante de sensibilização para as características da ES com os empreendimentos incubados pela ISSol. Essas práticas solidárias ainda precisam ser consolidadas nos empreendimentos devido à caracterização deles próprios e da Incubadora.

Desde a instituição da SENAES, em junho de 2003, a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a Economia Solidária estava colocada como uma demanda do movimento da ES. Assim, a idealização do mapeamento começou a tomar forma concreta ao final de 2003, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento).

A partir do consenso estabelecido em torno das concepções básicas orientadoras sobre a Economia Solidária, foi elaborado um instrumento de pesquisa amplo abrangendo questões relativas à: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental. Foi a partir desse processo que surgiu o Atlas da

Economia Solidária no Brasil. Nas páginas anteriores foi possível compreender as várias redes que a Economia Solidária constrói, principalmente através do FBES.

Segundo a introdução desse Atlas, que foi construído em 2005:

“No trabalho de campo ocorrido para a construção do Atlas, no segundo semestre de 2005, foram visitados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários com a realização de entrevistas em todas as unidades da federação abrangendo 2.274 municípios. Após a supervisão do trabalho de campo, os questionários foram digitados, alimentando um banco de dados que é a base de informações do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES.”
(Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005).

Outro grande desafio que se enfrenta diante dos empreendimentos de economia solidária é a auto-afirmação, ou seja, identificação como pertencente ao grupo. Muitos empreendimentos, ou melhor, muitos indivíduos de um empreendimento não se identificam com o grupo, o que acarreta falta de organização, brigas internas e dificuldades de compreensão do que precisam fazer para melhorar todos os processos dentro do grupo.

A falta de retorno financeiro por parte dos empreendimentos causa um processo de esvaziamento dos mesmos. Muitas associações/cooperativas possuem centenas de associados, porém os que trabalham ativamente, de fato, dentro do empreendimento, não passam de duas dezenas de pessoas. Essas pessoas que permanecem ativas são o público-alvo da ISSol, mas também se trabalham estratégias de aprendizagem colaborativa para que esses associados ausentes retomem aos trabalhos no empreendimento.



Figura 18 - Reunião com empreendimento "Callas" em São Sebastião-DF, setembro de 2010.

Infelizmente, para o grupo alcançar um patamar razoável, do ponto de vista econômico, exige-se tempo e paciência. Muitos dos produtos e serviços oferecidos precisam de melhorias para se tornar competitivos no mercado. Lembrando que a proposta da Economia Solidária não é competir com o mercado capitalista, o sentido de utilizar o termo competitivo é para salientar que, por mais que o produto seja de Economia Solidária, ele não deve ser produzido ou oferecido de qualquer maneira, deve ter um mínimo de padrão de qualidade para que tenha mercado consumidor em potencial. Nesse sentido, os técnicos precisam fazer um estudo tanto do produto quanto do mercado para estabelecer estratégias de melhoria do produto, da produção, da gestão e da comercialização.

A comercialização, por sua vez, acontece principalmente em feiras e eventos promovidos pela ISSol, pelas entidades parceiras e, também, pelo Fórum Distrital de Economia Solidária¹⁸. Esses espaços permitem não só a venda de produtos, mas também a troca de experiência com os demais participantes. Muitos percebem que os próprios produtos não são de boa qualidade ou que não tem boa venda ao participar de

¹⁸ Espaço de construção coletiva para que os sujeitos que vivem a economia solidária no DF e Entorno possam trocar experiência, se articular e debater políticas públicas para a economia solidária. Esse Fórum é formado por empreendimentos de ES do DF e Entorno, por entidades de apoio e fomento à ES, e outros apoios. (Fórum Brasileiro de Economia Solidária: www.fbes.org.br – acessado em janeiro de 2011).

eventos desse porte. A vivência com os demais empreendimentos ajuda também a criar parcerias e vínculos solidários.

Minha participação na ISSol envolve diretamente as capacitações realizadas nos empreendimentos incubados. Além da assessoria pedagógica na elaboração de material didático e de cursos, sou responsável por ministrar dois cursos do eixo Empreendedor da área de Desenvolvimento Humano. Um dos cursos se chama “Planejamento de Vida” e o outro “Cidadania e Política”. Ambos os cursos visam estabelecer objetivos tanto individuais como coletivos para que o grupo ganhe força e os indivíduos vejam sentido em estar e fazer parte do grupo. Em suma, são dois cursos voltados para a formação humana e política, para a cidadania e para o empoderamento dos sujeitos.

O curso de “Planejamento de Vida” busca criar um espaço de reflexão para posicionamento crítico diante de sua própria vida, para que haja construção de um plano de desenvolvimento pessoal, envolvendo escolhas conscientes sobre os pilares da vida (Saúde e bem-estar, Educação, Finanças, Trabalho e Família). Já o curso sobre “Cidadania e Política” busca a formação cidadã, através de questões sociais e políticas que envolvem o cotidiano dos sujeitos. Busca também a reflexão da realidade do empreendimento e da comunidade em que estão inseridos.

Para fazer parte de um empreendimento, o indivíduo deve ter claro em mente o que é fazer parte de um grupo, o que é trabalhar coletivamente e o que é solidariedade. Muitos entram achando que vão ficar ricos e em pouco tempo abandonam o restante do grupo. A idéia da área de Desenvolvimento Humano é criar vínculos cooperativistas, enfatizando o poder da coletividade e alertando para o conflito entre os interesses individuais e coletivos. Cada membro do empreendimento possui objetivos pessoais, estes que podem ser alcançados pelo trabalho no empreendimento e outros que não serão alcançados por esse tipo de trabalho.

Além disso, esses dois cursos citados anteriormente buscam desenvolver consciência crítica, politizar e alertar para os principais direitos e deveres dos cidadãos.

A realidade dos empreendimentos é bastante complicada. São poucos os que conseguem ter organização suficiente para exercer a autogestão e gerar renda para o grupo. Vale ressaltar, então, que a Economia Solidária não é uma alternativa para os pobres miseráveis, mas é também plausível às pessoas de maior poder aquisitivo. A ES é uma maneira de pensar e de viver, podendo qualquer um, rico ou pobre, negro ou branco, optar como alternativa de vida.

Vivemos em uma era muito individualista, que se contradiz o tempo todo em suas práticas. Estamos cansados de observar inúmeros discursos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, mas na prática cada um quer saber de si mesmo, deixando as palavras se perderem ao ar. Conseguimos pensar nessa solidariedade em momentos de calamidade, onde apenas a partir da colaboração e ajuda mútua é possível sair de determinada situação emergencial. Ou seja, partimos para o lado solidário no momento em que há necessidade para tal:

“Vivemos em uma democracia – capitalista - e é dentro desse regime de liberdade que a economia solidária se desenvolve [...] A classe capitalista não passa de, talvez, 2% da população economicamente ativa, o próprio sistema capitalista tende a premiar o maior, e esse prêmio econômico do tamanho leva à concentração. O que significa que noventa e tantos por cento dos que participam da produção social, nós chamamos de população economicamente ativa, não possuem meios de produção. E, portanto, tem que encontrar emprego, tem que encontrar alguma empresa capitalista que queira empregá-los, contratá-los como trabalhadores assalariados.” (SINGER, Transcrição VT da Webconferência: “Marcos Estratégicos das Ações de EJA” – 06/10/2010).

Segundo Mance (2008), considerando-se essa história, há dois elementos fundamentais a serem compreendidos, a princípio, para que possamos situar o problema em outras bases:

“Em primeiro lugar, o capitalismo não pode ser compreendido como um modo de produção que se caracterize necessariamente pelo trabalho assalariado contraposto ao capital, onde um patrão contrata empregados e lhes paga pelo tempo em que trabalham para ele. Tenha-se como exemplo a produção e comercialização do açúcar e de outros bens, estruturados sob o capitalismo comercial até o fim do século XIX, que resultou na implantação de regimes globalizados de produção, valendo-se de mão-de-obra africana, utilizada produtivamente na América Latina, cujos produtos eram comercializados na Europa. Nesse contexto, o trabalho vivo, comandado pelo capital e fonte da riqueza acumulada, era suprido por escravos e não por assalariados. Outro exemplo é a contratação de

empresas terceirizadas, sob a forma de cooperativas autogestionárias que, direta ou indiretamente, atuam na produção ou reprodução do capital que as contrata.” (MANCE, p. 37, 2008).

Sob essa ótica, o autor deixa claro que a produção capitalista não está necessariamente organizada sob o regime de assalariamento. Mance (2008) enfatiza, em segundo lugar, que o capitalismo drena para sua reprodução valores econômicos produzidos sob diversas modalidades de organização do trabalho, concentrando tais valores, os quais não foram produzidos sob seu comando ou por seu investimento:

“Em outras palavras, valores econômicos produzidos sob formas sociais de produção não-capitalistas podem ser acumulados por empresas capitalistas pela via do comércio, na medida em que produtos e serviços destas sejam adquiridos com os recursos gerados nessas outras modalidades de produção – tanto para o consumo final de bens e serviços pelos trabalhadores que nelas atuam, quanto para consumo produtivo de meios de produção por essas mesmas iniciativas.” (MANCE, 2008).

Um bom exemplo do que Mance citou anteriormente é o caso de um Empreendimento de Economia Solidária do Distrito Federal chamado COOPERUNIÃO, que é apoiado pela ISSol, localizado na cidade satélite chamada São Sebastião. Esse grupo atua na área de produção e serviços. Trabalham muito com artesanato, produzem, principalmente, flores de saco de cimento reciclado. Esse grupo trabalha seguindo os princípios e valores da ES, principalmente no que se refere ao preço justo¹⁹. Dessa maneira essas flores chamaram a atenção de empresas capitalistas, que compram essas flores a um preço justo e em seguida as revendem supervalorizadas.

Ainda sobre o comércio justo, Mance (1999) explica que os princípios que norteiam as relações entre os que praticam são a justa distribuição de riqueza (através do

¹⁹ O preço justo está diretamente relacionado com o comércio justo, que é uma forma alternativa de comércio, promovida por organizações não governamentais, pelas Nações Unidas e por movimentos sociais e políticos (como o pacifismo e o ecologismo) que promovem um relacionamento comercial justo entre produtores e consumidores. Os princípios defendidos pelo Comércio Justo são: Os produtores fazem parte das cooperativas ou organizações e funcionam democraticamente; Não há exploração infantil; Igualdade entre homens e mulheres; É necessário trabalhar com dignidade cumprindo os direitos humanos; O preço pago aos produtores permite condições de vida dignas; A qualidade e a produção ecológica são valorizadas; Respeito ao meio ambiente; Informa-se aos consumidores sobre a origem do produto. (Fonte: AVINA Economia Solidária e Comércio Justo – acesso em janeiro de 2011).

preço justo para o produtor e comprador e pela eliminação de intermediários capitalistas no processo comercial) e a busca da solidariedade, pela qual populações com maior poder aquisitivo apóiam produtores pobres, garantindo financiamento e preço de venda atrativo.

Não tem como exigirmos uma mudança radical, pois seria ousadia demais. Porém não custa tentar uma mudança gradual em nossa sociedade, pensando e levando em consideração alguns dos princípios e valores da Economia Solidária. Se pensarmos bem a ES não existiria se não fosse graças ao capitalismo, que é uma realidade concreta, de certa maneira depende dele para existir. Caso contrário, nossa sociedade já seria justa e igualitária o suficiente para pensarmos, ainda, outra alternativa para além da Economia Solidária que tanto prezamos hoje.

Segundo Carvalho (2008), o interesse pelo outro e pelo reconhecimento do outro são atributos essenciais à democracia, estimulado pelo trabalho associado, fundamento da ES:

“Mesmo que o espaço social, onde acontecem as relações sociais, esteja tensionado pela lógica de competição/cooperação, confiança/desconfiança e individualismo/individualização, o que se propõe é a superação da competição, da desconfiança e do individualismo nas práticas sociais.” (CARVALHO, 2008).

Em suma, é necessário que haja uma mudança de postura para que as pessoas compreendam o que é a Economia Solidária. Viver a ES na prática é a melhor maneira de se compreender como se configura esses espaços de construção coletiva que prezam pela diversidade da individualidade dos sujeitos envolvidos.

“É justamente por isto, que os seres humanos são capazes de transformar suas circunstâncias, ainda que a sociabilidade capitalista tenda a transformá-la em objetos pela mercantilização de suas relações. É na luta contra este processo de mercantilização que deve ser entendida a força da construção coletiva. Para isto é fundamental a perspectiva de singularidade dos seres humanos, da recusa dos esquemas conceituais rígidos, onde o ser humano é refém seja de sua objetividade ou de sua subjetividade.” (Consulta Popular, 1999).

É possível vivermos em um outro mundo, em que os laços sociais de solidariedade estejam presentes em nosso dia-a-dia. Um mundo em que se superam as diferenças buscando integrar os conhecimentos de tudo e de todos. A Economia Solidária é uma realidade não distante a nós, depende de nossos esforços ampliá-la e divulgá-la, pois é uma proposta para todos visando a emancipação humana e buscando a cidadania plena.

4ª Parte: Imersão nas Tecnologias da Informação e Comunicação

Para muitos a tecnologia é algo que veio para atrapalhar e complicar a vida devido a sua complexidade nas diversas formas, para outros o surgimento permitiu o avanço em diversas áreas de nossa sociedade. Algumas pessoas possuem bastante afinidade e facilidade com o uso das diversas tecnologias presentes, inclusive eu.

Tive a oportunidade de participar de alguns projetos dentro da Universidade de Brasília que me permitiram, não só aplicar o que eu já conhecia, mas também adquirir novos conhecimentos antes desconhecidos. Um já citado anteriormente foi o Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, que foi o primeiro de outros que viriam a seguir.

Com minha saída parcial do Portal EJA fui convidado pelo professor Lúcio França Teles, da Faculdade de Educação, a participar do PIBIC – Projeto de Iniciação Científica. O tema da pesquisa era PROEJA – Transiarte²⁰, que consiste na Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos. Iniciei então o PIBIC que durou de Agosto/2009 a Julho/2010. O convite para minha participação nessa pesquisa surgiu através de minha experiência anterior com tecnologias – através do Portal EJA – e também devido a minha experiência com a Educação de Jovens e Adultos. Isso me permitiu entrar e iniciar a pesquisa administrando o Portal *www.proejatransiartetube.cefetgo.br* que comporta os diversos resultados da pesquisa, e se encontrava desestruturado e sem muito suporte do ponto de vista técnico e pedagógico.

Outro momento muito rico foi a oportunidade de participar do Programa Um Computador por Aluno – Programa UCA. Esse programa iniciou as atividades de maneira efetiva no ano de 2009 através da formação dos formadores, para que em seguida esses formadores capacitassem.

A experiência adquirida ao longo da graduação permitiu maior maturidade para compreensão do que é o ProEJA e o processo Transiarte. Participar do PIBIC e do Programa UCA já no final da graduação permitiu maior participação na construção do conhecimento junto com os sujeitos envolvidos. Essa construção nem sempre se deu de maneira coletiva, pois no caso do Programa UCA, a formação presencial e a distância já tinha cronograma e conteúdo definidos, impossibilitando assim de nos posicionarmos a

²⁰ “Transiarte é o processo de remodelação, reconfiguração estética virtual: a produção artística, seus suportes, e outros implementos da arte tradicional são repensados e reconfigurados, e passam então a expressar novas estéticas, agora digitais, povoando o campo do ciberespaço” (TELES, 2006).

respeito. Porém, sempre que possível buscávamos utilizar desse princípio da construção conjunta para fazer sentido a todos.



Figura 19 - PROEJA Transiarte no CEM 03 de Ceilândia, março 2010.

O PROEJA-Transiarte faz parte de um projeto de pesquisa do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos – PROEJA/CAPES/SETEC, Edital 03/2006, proveniente de um Acordo de Cooperação entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, atual gestora do PROEJA.

Na região Centro-Oeste, o projeto de número 19, “O PROEJA indicando a reconfiguração do campo da Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional -desafios e possibilidades” integra uma rede de pesquisa formada pela UFG (Universidade Federal de Goiás), que coordena as atividades, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (com o sub-projeto 1); a Universidade Católica de Goiás (com o sub-projeto 2); e a Universidade de Brasília²¹ (com o sub-projeto 3). O PROEJA-Transiarte constitui o Subprojeto 03, com o título de “Transiarte na Educação

²¹ Fazem parte da equipe de pesquisa da UnB os professores Renato Hilário dos Reis, Maria Luiza Pereira Angelim, Lúcio França Teles, Remi Castioni, Rita Carolina Vereza Bruzzi e Maria Lúcia Bueno Fernandes.

de Jovens e Adultos e na Educação Profissional - Proposta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB-FE, Programa de Pós-Graduação em Educação”. A pesquisa, que teve início em março de 2007 e finalizará em março de 2011, acontece nas escolas CEM03 (Centro de Ensino Médio 03) e ETC (Escola Técnica de Ceilândia).

A proposta do PROEJA-Transiarte é despertar a identidade cultural dos estudantes, desenvolvendo a produção artística virtual através de animações e vídeos, que refletem a arte não virtual. Nesse sentido a Transiarte é uma das formas da ciberarte²² que promovem um elo entre o presente não virtual e o espaço/tempo interativo virtual.

Segundo Aline Zim (2010), “a construção coletiva, no PROEJA-Transiarte, é entendida em sua dimensão processual, onde nada está pronto ou acabado. Partimos da valorização das diferenças como constituinte do próprio coletivo, dentro da perspectiva da singularidade dos seres humanos. O conceito e práxis da pesquisa-ação também estão em construção contínua na pesquisa.”

A partir dessa realidade diversa são trabalhadas cinco etapas na produção de obras de Transiarte com os estudantes do Proeja: primeiro há a escolha do tema gerador, em seguida elabora-se roteiro e planejamento. A terceira etapa consiste na execução artística e audiovisual, logo em seguida, a montagem e edição em *softwares* e por último a postagem no site www.proejatransiartetube.cefetgo.br. É através desse site que os vídeos produzidos podem ser postados, acessados e comentados pelos internautas, onde o trabalho de todos os participantes da pesquisa ultrapassa seu próprio contexto de discussão e de produção.

Meu papel inicialmente era de administrar esse portal, permitindo assim sua total funcionalidade através de monitoramento semanal para a averiguação de possíveis erros ou problemas de acesso. Também fui responsável por trazer dados estatísticos do portal, como os vídeos, fotos e áudio mais acessados, bem como os usuários mais ativos, entre outras atribuições referentes à administração desse portal. O site hoje, em janeiro de 2011, possui 26 vídeos, 31 imagens, 4 sons e 29 documentos. O vídeo mais visto possui 4307 visionamentos, o que comprova que o trabalho realizado através da PROEJA-

²² Ciberarte é a arte interativa que insere as tecnologias numéricas nas práticas artísticas, modificando o processo de criação e colocando novos modos de fruição para o público, em situações que devem ser vividas e compartilhadas. Ao experienciarem a arte digital, o público interage através de dispositivos de captura e tradução de sinais do corpo, como *mouses*, telas sensíveis, capacetes, luvas, sensores e câmeras, além de tocar, caminhar, experimentar, explorar, dialogar e interpretar o que é proposto pelos ciberartistas (Arantes, 2005).

Transiarte desperta o interesse das pessoas. As informações estatísticas mais completas e detalhadas são restritas ao administrador do servidor.

As imagens, a seguir, demonstram parte desse processo de administração do site, na qual o *layout* foi modificado, de agosto de 2010 em relação a janeiro de 2011, com o propósito de corresponder ao permanente movimento de atualização.

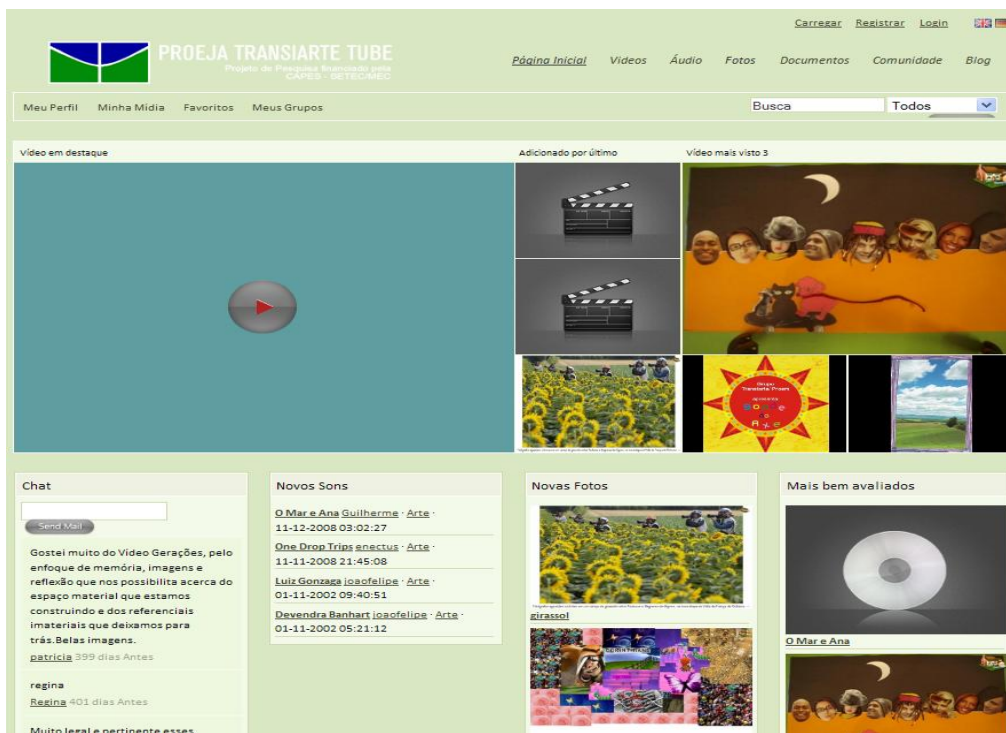


Figura 20 – Página inicial do site www.proejatransartetube.cefetgo.br (Agosto/2010).



Figura 21 – Página inicial do site www.proejatransartetube.cefetgo.br (Janeiro/2011).

É também o espaço onde tudo que foi produzido pode ser reinventado utilizando outras técnicas de edição audiovisual:

“Esse espaço virtual é uma imensa galeria onde as pessoas podem compartilhar todo tipo de arte que puder ser digitalizada. São vídeos, animações, imagens, poesias, músicas, textos e fotografias modificadas, além dos comentários e avatares que povoam esse espaço e torna possível a interatividade entre os seus usuários”. (ZIM, p.50, 2010)

O espaço virtual do processo Transiarte é, acima de tudo, um espaço de aprendizado. As diversas formas de expressão que podem ser utilizadas na Transiarte torna a experiência mais rica. Essa diversidade se acentua quando as produções estão sujeitas a modificações dos outros usuários:

“Todas as produções estão expostas no mundo virtual ao remodelamento e às redefinições. Isso significa que a autoria é coletiva no que se refere aos participantes da oficina Transiarte, mas não é definitiva. Toda obra de arte ali pode ser modificada, descontextualizada e redefinida por quem quiser. A obra de arte perde o seu valor de origem, sua autenticidade, e ganha as redes, o ciberespaço, onde é reproduzida infinitas vezes, em espaços-tempos diversos. Mais do que galeria, o ‘transiartetube’ é um espaço de vivência coletiva, um ensaio para uma comunidade virtual”. (ZIM, 2010)

A metodologia utilizada durante a pesquisa é a pesquisa-ação. Essa metodologia consiste na imersão dos pesquisadores a campo e na participação ativa do objeto de pesquisa, no caso, os jovens e adultos trabalhadores que ainda possuem força para estudar. Na pesquisa-ação, é criada uma situação de dinâmica social radicalmente diferente daquela da pesquisa tradicional. O processo, o mais simples possível, desenrola-se frequentemente num tempo relativamente curto, e os membros do grupo envolvido tornam-se íntimos colaboradores:

“A pesquisa-ação é a revolta contra a separação dos ‘fatos’ e dos ‘valores’ que dá um sabor particular à noção de objetividade nas Ciências Sociais. É um protesto contra a separação do ‘pensamento’ e da ‘ação’. É uma tentativa desesperada de transcender a estéril especialização das Ciências Sociais com seu implícito repúdio da responsabilidade humana para com os acontecimentos sociais”. (Dubost, 1987, p.136 apud TELES, 2006)

Fica claro que a pesquisa-ação implica sempre alguma mudança. Na citação anterior isso se clarifica no momento em que a não separação dos fatos e valores implica diretamente na valoração humana. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida nesse projeto é coletiva, buscando sempre essa valorização das experiências humanas, bem como suas dificuldades e desafios. Barbier (2002) explica esse fenômeno, quando fala da escuta sensível, no seguinte trecho:

“O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para ‘compreender do interior’ as atitudes e os comportamentos, o sistema de idéias, de valores, de símbolos e de mitos, [...]. A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado do pesquisador” (p.94).

Um dos maiores desafios da pesquisa é a compreensão de que o processo é o eixo central. A preocupação normalmente costuma ser com os resultados; porém com a boa execução do processo os resultados se tornarão meras conseqüências. Barbier (2002) denomina o processo na perspectiva da pesquisa-ação:

“Um processo é uma rede simbólica e dinâmica, apresentando um componente ao mesmo tempo funcional e imaginário, construído pelo pesquisador a partir de elementos interativos da realidade, aberta à mudança e necessariamente inscrito no tempo e no espaço” (p.111).

A pesquisa desenvolvida por toda a equipe mostra a dificuldade que existe nos sujeitos em se libertarem de si mesmos, e de se permitirem novas experiências a partir de uma nova abordagem. Foi possível observar que muitos alunos da oficina Transiarte, no CEM 03, no período noturno, se sentiram desinteressados por achar o processo muito solto e livre. Isso se deve ao fato de estarem acostumados ao método tradicional e impositivo, em que eles são mandados sobre o que fazer. Quando o sujeito se depara com a oportunidade de escolher o que fazer há um choque.

O papel desempenhado pela equipe da UnB, que envolve professores, mestrandos e graduandos, é de mediação, ou seja, permitir que o processo Transiarte aconteça. Como graduando, tive a oportunidade de contribuir nesse processo. As etapas Transiarte aconteciam de forma quase autônoma por parte dos estudantes de EJA. No momento inicial de discussão e problematização, acabávamos realmente participando do processo junto com eles. Isso permitiu maior compreensão do que é fazer parte desse coletivo, do que é a Transiarte e do quanto é importante criar laços, vínculos com os diversos atores da educação de jovens e adultos.

Nossa participação não fica somente no momento da discussão. A etapa de planejamento do roteiro e de execução também foi de fundamental importância para que nossa integração aumentasse ainda mais. A diversidade de idéias, de valores, de metas, de sonhos e de pensamentos permitiu que todos contribuíssem, a todo momento, sem receio ou vergonha. Durante a execução da etapa de criação audiovisual, todos provaram de tudo um pouco: recorte, colagem, fotografia, áudio, audiovisual e ao final tiveram a oportunidade de aprender a trabalhar a edição desses recursos. O resultado final de todo esse trabalho consiste na publicação do clipe de curta duração, de aproximadamente 5 minutos, criado pelos participantes no site *proejatransiartetube*, clipe este que é resultado de todas as discussões anteriores ao processo de execução. Esse processo de discussão e execução despertou em muitos a vontade de aprender mais sobre esses diversos recursos e técnicas que poderiam ser utilizados.



Figura 22 – Processo de execução artística e audiovisual - CEM 03 - 2009.

O processo Transiarte envolvia tanto sujeitos com conhecimento de informática e audiovisual, como aqueles que nunca tiveram contato com nenhuma dessas tecnologias utilizadas na pesquisa. Tive a oportunidade então de contribuir para o processo auxiliando os jovens e adultos com dificuldade na manipulação dessas ferramentas. Alguns tinham medo de encostar no *mouse* achando que poderiam estragar algo, como foi o caso de uma senhora, de aproximadamente 50 anos, que nunca havia tocado em um computador. Ela achava tudo muito difícil, era um mundo “diferente” – segundo ela. Foi um processo de paciência e de tempo para que alguns tivessem o mínimo de inclusão tecnológica durante os encontros semanais.

A idéia de, ao final da formação, criar um vídeo sempre deixou os alunos empolgados e interessados em continuar participando. O processo inicial de discussão a partir dos temas geradores começou bem; porém, as discussões acabavam não tendo encaminhamentos rápidos, o que desestimulou muitos alunos que queriam ir logo para a prática.

Nesse sentido, Aline Zim (2010) coloca:

“Apesar de nem todos participarem do processo transiarte, há uma identificação coletiva. A platéia, no final da apresentação [...] aplaudiu em gritos, nos mostrando uma reação que é própria da construção coletiva, do ‘fazer junto’ e do ‘fazer parte’. Refletimos

sobre esse poder que a imagem tem de abrir e fechar idéias, de provocar os movimentos e as transgressões. (ZIM, p.48, 2010).

Paralelamente aos encontros Transiarte, aconteciam discussões sobre a integração entre o CEM 03 e a ETC. Eram discutidas maneiras de se adaptar o currículo para que a atividade Transiarte constasse como atividade e carga-horária da Educação Profissional da ETC. Em suma, a idéia é unir as escolas visando integrar o currículo e permitindo que o aluno da EJA já saia do CEM 03 com condições de adentrar o mundo do trabalho ou nele continuar com formação profissional de ensino médio.

Continuando as oficinas Transiarte, conseguimos dar encaminhamentos junto às turmas para que ao final do semestre fosse possível ter algo parcialmente pronto. Buscamos então motivar os alunos para participarem das oficinas práticas, nas quais tivemos um excelente número de participantes. As oficinas práticas compreendiam a manipulação em câmera fotográfica, filmadora e notebook, além de técnicas de filmagem, fotografia e edição de audiovisual.

Durante todo o processo buscamos o máximo de interação e participação tanto dos alunos como dos professores. Nem sempre conseguimos a participação de todos, mas dentro de todas as possibilidades alcançamos os objetivos propostos pela pesquisa.

O Programa Um Computador por Aluno - UCA

A partir dessa experiência anterior do PIBIC, fui convidado em março de 2010, pelo professor Lúcio França Teles, para participar do projeto sob sua coordenação: Projeto Um Computador por Aluno - UCA. O projeto, que ano de 2010 tornou-se um programa, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo promover a inclusão digital de professores e alunos em cerca de 300 escolas de todo o país.

Entrei sem conhecer com propriedade o que era esse programa, porém tive a oportunidade de ler artigos e materiais sobre o assunto, o que incluiu a leitura de relatos da experiência de programas parecidos no exterior. Como já tinha experiência com tecnologias, principalmente em relação à informática, tive facilidade em compreender como funcionava o *laptop* e da proposta de como utilizá-lo em sala de aula junto aos alunos.

A proposta do programa consistia em formar os professores, gestores e funcionários de seis escolas pré-selecionadas. São escolas situadas no Distrito Federal

nas cidades de Ceilândia, Recanto das Emas, Planaltina, Guará, Sobradinho e Vila Planalto. Essas escolas foram as primeiras a receberem a formação do programa UCA. Cada uma dessas escolas recebeu *laptops* para todos os alunos, abrangendo na totalidade 134 professores e 2688 alunos:

Escola	Nº de professores	Nº de alunos
CEF - Centro de Ensino Fundamental 01 do Planalto	44	629
EC – Escola Classe 10 da Ceilândia	18	438
EC – Escola Classe 01 do Guará	16	411
CEF – Centro de Ensino Fundamental Pípiripau II	19	287
EC – Escola Classe 102 do Recanto das Emas	18	448
EC – Escola Classe 10 de Sobradinho	19	475

Tabela 09: Escolas participantes do Programa UCA no Distrito Federal (Fonte: www.uca.gov.br/institucional/ - acessado em dezembro de 2010).

A formação de toda a comunidade escolar aconteceu presencialmente e a distância. O curso consiste em vários módulos de temáticas relacionadas à proposta de apropriação tecnológica, pedagógica e inserção nas redes sociais virtuais. O computador utilizado é um *Classmate PC*²³, um *laptop* de baixo custo que cumpre com requisitos mínimos estabelecidos pelo governo federal.

A formação presencial aconteceu em cada escola contemplada com os computadores. Dois técnicos foram responsáveis pela capacitação em cada escola, que envolvia a apropriação tecnológica. Consistiu em construir com os participantes conceitos sobre as tecnologias, principalmente as voltadas à educação. A formação foi totalmente interativa e participativa. Muitos participantes não conheciam o *laptop* e nem tinham noções de *Linux*,²⁴ o que dificultou a formação. Na maioria das vezes, aqueles que pouco conheciam desse sistema operacional tinham dificuldades em ajudar os outros.

O foco inicial foi a formação ferramental; afinal, quando se tem insegurança em relação à tecnologia, tudo o que acontece de errado causa um impacto muito maior do que com alguém que já possui algum domínio.

²³ É um notebook de baixo custo criado pela Intel e destinado aos estudantes.

²⁴ Sistema operacional desenvolvido em código aberto livre, permitindo assim alterações para adequações conforme a necessidade do usuário.



Figura 23 - Formação dos professores da Escola Classe 10 de Ceilândia – Setembro/2010.

A partir dos 6 encontros presenciais dos quais participei atuando como formador, pude perceber que os professores e funcionários de maior idade foram os que mais tiveram dificuldades na manipulação das ferramentas contidas no *laptop*. Alguns nunca haviam tocado em um computador na vida, e tivemos que buscar inserir digitalmente esses sujeitos ao mesmo tempo em que trabalhamos os outros conteúdos com os demais. Os outros que já possuíam certo conhecimento, por muitas vezes, se demonstraram impacientes com os menos integrados tecnologicamente e a todo o momento pediam para adiantar a formação.

Porém a proposta do UCA envolve também o aspecto colaborativo, em que os sujeitos participantes devem contribuir para a formação dos outros. Nesse sentido, enfatizamos a importância de se estabelecer esses laços de colaboração.

Em algumas escolas os problemas estruturais afetaram diretamente o andamento do projeto. O acesso à *internet* foi algo muito falho durante a formação: a conexão quando funcionava era lenta, o que causou impaciência e desgaste de todos.

Após a formação presencial iniciaram-se os módulos a distância. Todos os módulos foram desenvolvidos para a plataforma *e-proinfo*²⁵. Essa plataforma não foi

²⁵ O Ambiente Colaborativo de Aprendizagem e-Proinfo é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e

bem vista pelos professores, por já terem tido formação através dela. As experiências não foram boas e ao ficarem sabendo que ela seria usada novamente logo demonstraram suas insatisfações.

Foi difícil se comprometerem em realizar as atividades a distância pois, infelizmente, nem todos tinham tempo hábil para realizar as atividades, bem como para a compreensão e paciência para com a plataforma. As dúvidas foram freqüentes e constantes, e os módulos tiveram que ser adiados para que alguns pudessem realizar as atividades atrasadas. Isso aconteceu, principalmente, por ter sido uma formação imposta e que muitos nunca foram sondados para saber se achavam ou não interessante a proposta UCA.

A idéia de se ter um computador por aluno em sala de aula inquietou muitos professores, e outros se desesperaram por não terem noção alguma de informática e por terem receio de não conseguirem tomar conta de tantos alunos com computador ao mesmo tempo. A idéia errônea que os professores possuem de ter que controlar os alunos o tempo todo, faz com que as tecnologias educacionais percam o sentido que possuem: dar autonomia aos alunos.

A liberdade causada pelo *laptop* faz com que os alunos se descubram por si sós. O professor não deve achar que vai conseguir ensinar a eles passo-a-passo, pois com criança isso não funciona. As crianças não têm medo de errar ou de estragar, estão dispostas a conhecer e descobrir na prática como as ferramentas funcionam. Essa autonomia deve ser respeitada pelos professores, pois esse tempo que os alunos possuem é essencial para a formação tecnológica.

Um exemplo dessa preocupação dos professores em relação ao controle dos alunos, evidenciou-se no momento que convidamos três alunos para entrarem na sala, onde estava havendo a formação, e solicitamos que utilizassem os laptops. Nesse momento, muitos professores se aproximaram e tentaram orientar as crianças, mas elas sequer deram ouvidos aos professores, estavam tão focadas que as palavras deles eram em vão. Os alunos conseguiram manusear os laptops melhor que os professores: alguns conseguiram abrir jogos e programas com facilidade, e sem preocupação em pensar que poderiam estragar alguma coisa.

Os resultados almejados pelo projeto estão ligados diretamente ao uso dos *laptops* em sala de aula. Não adianta ter equipamento se não tiver metodologia. A

diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br> – acessado em dezembro de 2010).

prática em sala de aula deve ser adaptada de tal maneira que consiga atrair o interesse para as novas tecnologias. A aversão, de muitos professores, ao computador torna essa tarefa mais difícil, pois não possuem idéia de como mudar a metodologia em sala de aula.

Cabe ressaltar que o processo de construção do conhecimento tecnológico junto a todos os sujeitos participantes do programa UCA envolve um processo de reflexão de todos:

“Para enfrentar esse desafio torna-se fundamental apostar na capacidade de ação e reflexão das pessoas. Não uma ação e reflexão já definidas a priori, quer por pretensos dirigentes, quer por determinismos históricos. Ao contrário, apostar que as pessoas podem olhar para frente construindo as condições para a realização do que foi avistado.” (BRASIL, 1999).

É importante deixar claro que a proposta do UCA não é homogeneizar o nível de conhecimento, mas sim, fazer com que a colaboração da diversidade crie condições para a construção coletiva.

“A perspectiva de singularidade se realiza, na construção coletiva, em um processo de permanente busca da liberdade do ser humano junto com os outros. É nesse processo que ele se diferencia e se constitui. Assim, a construção coletiva não se confunde com o processo de homogeneização, ao contrário, ela se rebela justamente contra esta tendência.” (Pesquisa Popular, 1999).

O programa UCA foi mais uma etapa de minha caminhada acadêmica que permitiu compreender como se dá o processo de construção coletiva em ambientes escolares, acima de tudo com enfoque nas tecnologias. Todo esse percurso deixa claro que não existem limites para a colaboração, não existem restrições; existem, sim, formas de se pensar a organização de pessoas para atingir um objetivo em comum. Essa forma de se organizar pode envolver ou não a construção coletiva. O diferencial de todo esse processo é o nível de intensidade e solidariedade com que se adentra nessa construção.

5ª Parte: Perspectivas Profissionais

Quando iniciei minha graduação não tinha claro em minha mente o que queria como projeto futuro. Primeiro porque não tinha claro o que queria em relação à Pedagogia naquele momento; segundo porque não tinha noção de como o curso de Pedagogia abriria muitas portas para meu futuro.

Pretendo, antes de qualquer coisa, continuar meus estudos e pesquisas nas áreas de Educação de Jovens e Adultos, Economia Solidária e Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente através do processo de aprendizagem colaborativa que a construção coletiva propicia, sempre levando em consideração o “fazer junto”, “fazer com”. Pretendo ingressar no mestrado, e em um futuro mais adiante o doutorado. Tenho interesse enorme em dar aula para a rede pública de EJA e também seguir carreira acadêmica me tornando professor universitário.

Outra perspectiva de meu interesse é aprimorar meus conhecimentos em relação à Incubadora Social e Solidária, permitindo assim desenvolver projetos coletivos na área tecnológica junto aos empreendimentos econômicos solidários.

Referências Bibliográficas

A construção coletiva. Extraído do livro: Brasil - alternativas e protagonistas. Consulta Popular, 1999.

ARANTES, Priscila. **@rte e mídia: perspectivas da estética digital.** São Paulo: Editora Senac, 2005.

Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação.** Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal, de 05.10.88.**

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394/96. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação.**

FEITOSA, Sônia Couto Souza. **Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado.** Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 34ª. ed., 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 47ª. ed., 2005.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep, 2005.

MACHADO, Maria Margarida. **Transcrição da fala no X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos/ENEJA.** 04 min 52 seg. Produção Portal dos Fóruns de EJA, 2008. Disponível em <http://forumeja.org.br/audiovisualxeneja>.

MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

Ministério da Educação – MEC/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**. Brasil, 2009.

NEVES, Antônio Rezende Pereira. **Novas trilhas: o papel das vivências na formação do Educador atual**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia – Brasília, 2009.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

PINTO, Juliana Gonçalves. **O significado das vivências na formação do pedagogo com ênfase na educação de jovens e adultos (EJA) e nas tecnologias da informação e comunicação (TIC's)**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia – Brasília, 2011.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*, coletados em 2009.

Relatório Síntese do X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. História e Memória dos Encontros Nacionais dos Fóruns de EJA do Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos. Rio das Ostras – RJ, 27 a 30 de agosto de 2008.

Relatório Síntese do XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. A EJA pensada pela via das identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de luta. Belém – PA, 17 a 20 de setembro de 2009.

SINGER, Paul. **Transcrição da fala na webconferência “Marcos Estratégicos das Ações de EJA”** – Brasília, 06 de outubro de 2010.

SOUZA, João Felipe de. **Ensaio sobre a consciência coletiva – ambientes virtuais e vivências diretas.** Trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia – Brasília, 2009.

TELES, Lúcio. **Reconfigurações estéticas virtuais na transiarte.** In MARTINS, Raimundo. *Visualidade e Educação.* Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás.

ZIM, Aline Stefânia. **Arte, educação e narrativa no PROEJA-Transiarte: Ensaio e Fragmentos.** Dissertação de mestrado - Brasília, 2010.

Sites da internet:

Drupal Brasil. **Comunidade brasileira da ferramenta CMS Drupal.** Disponível em: <http://drupal-br.org/> (Acesso em: dezembro/2010).

Fórum EJA Brasil. **Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil.** Disponível em: <http://www.forumeja.org.br> (Acesso em: novembro/2010).

GTPA/DF/ Fórum EJA DF. **Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal/ Fórum de Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal.** Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/df> (Acesso em: novembro/2010).

Moção contra a realização do ENCCEJA. Moção deliberada no WIV Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF. Brasília, 7 e 8 de abril de 2006. (Disponível em <http://www.forumeja.org.br/df/node/302> – acessado em janeiro de 2011).

phpBB-pt. **Comunidade portuguesa da ferramenta phpbb.** Disponível em: <http://www.phpbb-pt.com/> (Acesso em: dezembro/2010).

Portal MEC. **Portal do Ministério da Educação.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br> (Acesso em: novembro/2010).

Portal UCA DF. **Portal da Formação UCA no Distrito Federal.** Disponível em:
<http://ucadf.fe.unb.br> (Acesso em: dezembro/2010).

Portal UCA Nacional. **Portal do Programa Um Computador por Aluno do Governo Federal.** Disponível em: <http://www.uca.gov.br> (Acesso em: dezembro/2010).

Anexos

Anexo 01

Entrevista concedida por Maria Margarida Machado à Equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil durante o X ENEJA, no período de 27 a 30 de agosto de 2008.

Pergunta: O que são os Fóruns de EJA do Brasil?

Duração: 04 min 52 seg

Maria Margarida Machado

“Os Fóruns para mim são um espaço de mobilização uma instância que congrega os atores da educação de jovens e adultos. E quando eu falo de atores eu estou dizendo dos diversos segmentos que atuam no campo e que participam do campo e as vezes nem se sentem tão atores. Mas eu penso que a aproximação entre quem faz educação de jovens e adultos na sala de aula tanto seja professor ou seja o aluno quem faz a gestão dessa ação formativa da educação de jovens e adultos que são os gestores do sistema seja no ministério da educação, seja no estado, seja no município. Que está fazendo a formação dos educadores de jovens e adultos e pesquisando a área que é o segmento universidade e ai uma parceria forte com os sistemas. E aqueles que são do movimento social como um todo e que demandam e pressionam pela educação de jovens e adultos. Para mim o espaço do fórum é o lugar onde a gente reúne esses vários atores, esses vários sujeitos, com a perspectiva de construir uma política pública num patamar diferenciado de uma série de outras políticas que vem muito de cima para baixo. O fórum é uma instancia coletiva para a discussão da política e para a construção dos rumos da política. A gente não pensava que o fórum ia ser isso, acho que isso é uma coisa que temos que reconhecer. Nós nos constituímos como somos pelo caminho que nós fizemos. Então se você pega o primeiro ENEJA em 1999 não estava dado nesse primeiro ENEJA o formato que a gente tem hoje de fórum. Isso foi uma construção de 10 anos, uma construção que a meu ver muito saudável, respeitando e avaliando a caminhada de cada lugar. Então nós chegamos a 2008 com 26 Fóruns estaduais, o fórum do DF, vários fóruns regionais espalhados com configurações mais diversas nos estados, na verdade o que nós representamos enquanto, se é que nós queremos identificar como movimento social, acredito que nós somos uma instancia de mobilização e discussão de política pública para a educação de jovens e adultos, e nessa

instancia estão sim assentados esfera de governo e sociedade civil. Acho que a capacidade de dialogar estado e sociedade civil na proposição da política pública é o exercício que o fórum faz, um exercício difícil, tenso, um exercício que não está predestinado pra ocorrer da mesma forma em todos os estados, porque os nossos fóruns tem tempos de existência diferenciados e eles tem também naturezas de constituição diferenciados. Agora eu acho mas do que a gente se sentir fragmentado ou aliado demais ao governo, ou totalmente sociedade civil, eu acho que o que enriquece a nossa existência enquanto fórum é não ser apenas uma coisa ou outra, é estabelecer essa possibilidade de diálogo, para construir a política de educação de jovens e adultos. Eu particularmente acho que não dá para existir um fórum só de educadores e educandos, eu acho que não dá para existir um fórum só de gestores de municípios, de estado ou do ministério da educação. Então o que nos fez nos aproximarmos foi o desejo, de fato, fazer um caminho diferente da construção da política pública para jovens e adultos. Acho que é essa a riqueza que a gente tem que cultivar. Essa riqueza não significa o tempo todo você ter consenso, mas seguramente significa você ter coragem de enfrentar os conflitos que advêm de cada segmento que compõe os fóruns hoje no Brasil. Acho que é uma instancia que a gente não tem como deixar de reconhecer hoje que tem um papel importante na definição da política, da educação de jovens e adultos no Brasil, não só pelo reconhecimento do MEC é de estar reunindo com os representantes dos fóruns, mas do que isso né, mas é pelo o que nós estamos conseguindo construir lá no local, em cada estado. Então o fato de que em cada estado a gente está tentando intervir diretamente na ação da eja, por si só já representa um acerto nesse formato de organização e definição de política a partir de um coletivo que tem contraditoriamente essas instituições todas que atuam no campo.”

Anexo 02

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E
DIVERSIDADE – SECAD
DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS

Transcrição Webconferência: “Marcos Estratégicos das Ações de EJA” – Brasília, 06 de outubro de 2010.

Paul Singer: “Bem, boa tarde, eu sou Paulo Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária. Me cabe nessa conferência falar precisamente sobre isso. A Educação de Jovens e Adultos é o primeiro ramo escolar público no Brasil que inclui a economia solidária no seu currículo, espero que não seja a última. Porque a economia solidária merece ser melhor conhecida e nada melhor do que fazer parte dos currículos escolares para que os jovens e as jovens tomem conhecimento de uma oportunidade, a economia solidária é uma possibilidade aberta a todos. Vivemos em uma democracia e é dentro desse regime de liberdades que a economia solidária se desenvolve. O que chamamos de economia solidária? No capitalismo os meios de produção, as máquinas, a terra, os meios de transporte, os meios de comunicação são propriedades privadas, e são infelizmente propriedade de muitos poucos. A classe capitalista não passa de talvez 2% da população economicamente ativa, o próprio sistema capitalista tende a premiar o maior, e esse prêmio econômico do tamanho leva à concentração. O que significa que noventa e tanto por cento dos que participam da produção social, nós chamamos de população economicamente ativa, não possuem meios de produção. E, portanto, tem que encontrar emprego, tem que encontrar alguma empresa capitalista que queira empregá-los, contratá-los como trabalhadores assalariados. Então se formam as duas classes fundamentais do capitalismo que são os empregadores e os empregados, que partilham de um lado e lucram do outro, porque seus interesses são opostos e dão a dinâmica, inclusive, da história contemporânea. A economia solidária é uma proposta de organização totalmente oposta, ela propõe que o trabalho esteja associado, ou seja, a produção se organize em empreendimentos que sejam propriedade de todos que trabalham neles. E propriedade por igual. As nossas cooperativas ou empreendimentos de economia solidária em geral possuem um grande número de sócios, ou menor, não importa. Mas cada sócio tem a mesma parcela, a mesma fração do capital que representa o valor do empreendimento. Isso faz com que cada trabalhador tenha exatamente o

mesmo direito que todos os demais. As decisões que se tomam nas cooperativas e empreendimentos são tomadas por voto, a não ser que seja consensual, depois de discussões e negociações entre os próprios trabalhadores. É o que chamamos de autogestão. Auto significa autônomo, nossos empreendimentos não dependem de ninguém externos a eles, todos que são proprietários, necessariamente, trabalham e todos que trabalham são, necessariamente, proprietários. É, portanto uma maneira de organizar a economia, e não só a economia, mas a sociedade sem classes, sem diferença de classes, não há patrão, não há empregado, não há quem manda, também não há quem obedece. Esse é alias um lema que na prática se faz na economia solidária, ninguém tem o direito de mandar, ninguém tem a obrigação de obedecer, a não ser o coletivo, a não ser o conjunto deles. Há disciplina nos empreendimentos de economia solidária, mas essa é a disciplina que se impõe democraticamente através das resoluções tomadas por voto. A economia solidária vem se desenvolvendo no mundo inteiro e bastante no Brasil. O Brasil está, eu diria, numa certa sentido da vanguarda, não só ele, eu diria mais nações, principalmente aqui na América Latina, mas também na Europa, na Ásia, na África, no mundo inteiro. Estamos hoje tomando conhecimento dessa universalidade da economia solidária que assume aspectos específicos conforme o país, sua cultura, sua tradição histórica. E quando nós nos reunimos houve recentemente uma reunião mundial intercontinental de economia solidária. É extremamente interessante verificar a enorme diversidade que esses mesmos princípios aplicados geram em diferentes culturas. Na educação de jovens e adultos eu entendo que há uma população de alunos que, em primeiro lugar, deseja aprender, não são crianças, não estão sendo levados pelos pais a escola. Já adultos ou jovens relativamente além da idade escolar decidem fazer o sacrifício, o esforço de não só recuperar a sua escolaridade, mas de realmente aprender, aprender em conjunto. Por isso a educação de jovens e adultos é muito diferente das escolas, eu diria, convencionais, em que os jovens estão, não estou falando só do jardim de infância ou do primeiro grau, estou falando das universidades também. Infelizmente a organização escolar no mundo inteiro, eu diria, não só no Brasil, é hierárquica, seguem o modelo capitalista. Você tem quem obedece, que são os alunos e você tem quem manda que é o professor. E acima deles, diretoria e assim por diante, mas é uma relação autoritária. Quem decide se o aluno aprendeu ou não é o professor. Na economia solidária não tem que ser assim, eu espero que na educação de jovens e adultos também não tenha que ser assim. É possível, e eu acho que é necessário que haja como Paulo Freire nos ensinou uma troca de aprendizados. O professor sabe de coisas

que os alunos não sabem e os alunos sabem de coisas que o professor não sabe. Se é possível criar o processo coletivo de aprendizado autogestionário e que todos participam nas decisões, alunos e professores, é outra coisa, quer dizer, preparamos assim o jovem para o ensino público em nosso país. Muito obrigado.”

Anexo 03

Moção deliberada no XIV Encontro de Educação de Jovens e Adultos do DF

FÓRUM DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL

**Grupo de Trabalho Pró-alfabetização do DF
GTPA/DF – FÓRUM EJA/DF**

1989 - 2006

XIV ENCONTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DISTRITO FEDERAL

7 e 8 de abril de 2006 Brasília – W3 Norte 505 prédio do CNTI - auditório

MOÇÃO CONTRA A REALIZAÇÃO DO ENCCEJA

Nós, participantes (educadores populares, professores da rede pública do DF, professores universitários, representantes de associações, ONGs, membros da diretoria colegiada do SINPRO/DF) do XIV Encontro de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal realizado, em Brasília, nos dias 7 e 8 de abril pp., no auditório da CNTI, pelo GTPA-Fórum EJA/DF, com significativo apoio do Sindicato dos Professores da Rede pública do Distrito Federal - SINPRO/DF, ao tomar conhecimento da proposta do INEP/MEC de realização do EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS-ENCCEJA deliberamos, em nossa plenária final pelo envio desta Moção à Sua Excia. Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação para manifestar nossa posição contrária à realização do referido Exame Nacional, visto que constitui um retrocesso nas conquistas de formulação de uma Política Pública de Educação de Jovens e Adultos, a partir de 2004, com a criação da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE /SECAD, marcada pelo reconhecimento e respeito à DIVERSIDADE dos 65 milhões de sujeitos de saberes aprendizes, à AUTONOMIA DE ORGANIZAÇÃO DA EJA nos Estados, Distrito Federal e municípios e ao DIÁLOGO CONSTRUTIVO com o movimento social do Fóruns estaduais e regionais de EJA. Entendemos que o INEP/MEC ao invés deste Exame Nacional deve realizar pesquisas, sob os princípios orientadores da SECAD/DEJA.

Brasília, 8 de abril de 2006.

Coordenação do GTPA-Fórum EJA/DF em www.forumeja.org.br

Gilberto Ribeiro do Nascimento/Sandra Cordeiro da Silva (CEPAFRE-Ceilândia), Maria Creuza Evangelista de Aquino/Leila Maria de Jesus (CEDEP-Paranoá), Francijairo Ananias da Silva/José Ramos (CEPACS-Sobradinho), Hernandes João de Sousa (IAC-Instituto Agustín Castejon), Waldek Batista dos Santos/Delnilo Ribeiro Nogueira (Educadores:Ceilândia/Sobradinho), Maria Zélia Santos/Antonio Carlos Rodrigues Silva (Estudantes:Paranoá-CEDEP/Ceilândia-CEM 3), Maria Luiza Pereira Angelim/Renato Hilário dos Reis (Universidade de Brasília/Faculdade de Educação-UnB/FE), Nelson Moreira Sobrinho/Raimundo Nonato Neves de Menezes (SINPRO-DF), Zaldo Borges (CLDF-CES-Comissão de Educação e Saúde).

Anexo 4



Incubadora Social e Solidária



Questionário Socioeconômico

IDENTIFICAÇÃO

Empreendimento:			
Cidade:		Data	/ /2011
Pesquisadores Responsáveis:			

Orientações:

- O seguinte questionário tem o objetivo de levantar o perfil socioeconômico dos membros dos empreendimentos incubados;
- Marque um "X" na opção desejada.

Observações:

1. Sexo:

1. Feminino
2. Masculino

2. Idade:

1. Não sabe a idade
2. Até 20 anos
3. De 21 a 30 anos
4. De 31 a 40 anos
5. De 41 a 50 anos
6. De 51 a 60 anos
7. De 61 a 70 anos
8. Acima de 70 anos

3. Qual a sua cor ou raça?

1. Amarela
2. Branca
3. Indígena
4. Preta
5. Parda

4. Estado civil:

1. Casado (a)
2. Divorciado (a)
3. Solteiro (a)
4. Viúvo (a)
5. Mora junto/União Estável

5. Escolaridade (completa ou incompleta):

1. Nunca Estudei
2. Apenas alfabetizado (a)
(Leio e escrevo)
3. Ensino Fundamental –1ª
a 4ª série
4. Ensino Fundamental –
5ª a 8ª série
5. Ensino Médio
6. Ensino Técnico
7. Ensino Superior
8. Pós-Graduação
9. Não Sei

6. Você está se dedicando a algum tipo de estudo?

1. Não me dedico a nenhum tipo de estudo
2. Educação de Jovens e Adultos - EJA
3. Ensino Regular (Fundamental ou Médio)
4. Ensino Técnico (Profissionalizante)
5. Ensino Superior (Faculdade, Universidade)

7. Documentos que possui:

1. RG - Identidade
2. CPF – Cadastro de
Pessoa Física
3. Carteira de trabalho
4. Título de Eleitor
5. Carteira de Habilitação
(Motorista)
6. Cartão de Vacina
7. PIS/PASEP
8. Nenhum

8. Em qual dessas áreas você mora?

1. Rural (Chácaras, Fazendas)
2. Urbana (Cidades)

9. Sua residência é:

- | | |
|---|-------------------------------------|
| 1. <input type="checkbox"/> Própria Quitada | 4. <input type="checkbox"/> Cedida |
| 2. <input type="checkbox"/> Própria Não Quitada | 5. <input type="checkbox"/> Não sei |
| 3. <input type="checkbox"/> Alugada | |

10. Cidade onde mora atualmente:

- | | |
|---|---|
| 1. <input type="checkbox"/> Entorno/GO | 18. <input type="checkbox"/> Paranoá |
| 2. <input type="checkbox"/> Águas Claras | 19. <input type="checkbox"/> Park Way |
| 3. <input type="checkbox"/> Asa Norte | 20. <input type="checkbox"/> Planaltina |
| 4. <input type="checkbox"/> Asa Sul | 21. <input type="checkbox"/> Recanto das Emas |
| 5. <input type="checkbox"/> Brazlândia | 22. <input type="checkbox"/> Riacho Fundo |
| 6. <input type="checkbox"/> Candangolândia | 23. <input type="checkbox"/> Riacho Fundo II |
| 7. <input type="checkbox"/> Ceilândia | 24. <input type="checkbox"/> Samambaia |
| 8. <input type="checkbox"/> Cruzeiro | 25. <input type="checkbox"/> Santa Maria |
| 9. <input type="checkbox"/> Estrutural | 26. <input type="checkbox"/> São Sebastião |
| 10. <input type="checkbox"/> Gama | 27. <input type="checkbox"/> Sobradinho I |
| 11. <input type="checkbox"/> Guará I | 28. <input type="checkbox"/> Sobradinho II |
| 12. <input type="checkbox"/> Guará II | 29. <input type="checkbox"/> Sudoeste/Octogonal |
| 13. <input type="checkbox"/> Itapuã | 30. <input type="checkbox"/> Taguatinga |
| 14. <input type="checkbox"/> Jardim Botânico | 31. <input type="checkbox"/> Varjão |
| 15. <input type="checkbox"/> Lago Norte | 32. <input type="checkbox"/> Vicente Pires |
| 16. <input type="checkbox"/> Lago Sul | 33. <input type="checkbox"/> Outros: _____ |
| 17. <input type="checkbox"/> Núcleo Bandeirante | |

11. Quantas pessoas contribuem para a renda na sua família? (incluindo conjugues, filhos, parentes e outros)

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. <input type="checkbox"/> 1 – uma | 4. <input type="checkbox"/> 4 – quatro |
| 2. <input type="checkbox"/> 2 – duas | 5. <input type="checkbox"/> 5 – cinco |
| 3. <input type="checkbox"/> 3 – três | 6. <input type="checkbox"/> Mais de cinco |

12. Qual a sua renda familiar? (incluindo salários, pensões, benefícios do governo e outros)

1. Até R\$ 500,00
2. De 500,01 até 1.000,00
3. De 1.000,01 até 1.500,00
4. De 1.500,01 até 2.000,00
5. Acima de R\$ 2.000,00.

13. Quantas pessoas dividem essa renda familiar? (incluindo conjugues, filhos, parentes e outros)

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 1. <input type="checkbox"/> 1 – uma | 4. <input type="checkbox"/> 4 – quatro |
| 2. <input type="checkbox"/> 2 – duas | 5. <input type="checkbox"/> 5 – cinco |
| 3. <input type="checkbox"/> 3 – três | 6. <input type="checkbox"/> Mais de cinco |

14. Você possui fonte de renda fora do empreendimento?

1. Sim. Qual? _____
2. Não

15. Você exerce outra ocupação além do trabalho do empreendimento?(incluindo estudante)

1. Sim. Qual? _____
2. Não

16. Você recebe benefícios do governo?

1. Sim. Qual (is)? _____
2. Não.

17. Há quanto tempo você trabalha no empreendimento?

- | | |
|---|--|
| 1. <input type="checkbox"/> Menos de seis meses | 4. <input type="checkbox"/> De 2 anos a 4 anos |
| 2. <input type="checkbox"/> De seis meses a 1 ano | 5. <input type="checkbox"/> De 4 anos a 8 anos |
| 3. <input type="checkbox"/> De 1 ano a 2 anos | 6. <input type="checkbox"/> Mais de 8 anos |

18. Qual o principal motivo para você trabalhar no empreendimento? (assinale somente uma opção)

1. Alternativa ao desemprego
2. Trabalho coletivo
3. Complementar a renda
4. Ganhar bem
5. Troca de Experiências
6. Ocupar o tempo
7. Outro(s) motivo(s). Qual (is)? _____

19. Você tem familiares trabalhando no empreendimento?

1. Sim. Quantos? _____
2. Não

20. Quanto você recebe por mês com o trabalho no empreendimento?

- | | |
|---|--|
| 1. <input type="checkbox"/> Não sou remunerado (a) | 5. <input type="checkbox"/> De 300,01 a 600,00 |
| 2. <input type="checkbox"/> Remuneração variável | 6. <input type="checkbox"/> De 600,01 a 1.000,00 |
| 3. <input type="checkbox"/> De R\$ 1,00 a R\$100,00 | 7. <input type="checkbox"/> Acima de R\$1.000,00 |
| 4. <input type="checkbox"/> De 100,01 a 300,00 | |

21. Quanto tempo por semana você trabalha no empreendimento?

1. Até 10 horas
2. De 11 a 20 horas
3. De 21 a 30 horas
4. De 30 a 40 horas
5. Acima de 40 horas

22. Quanto você gostaria de receber por mês no empreendimento? _____

23. Qual a principal dificuldade para ter essa remuneração?

